



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA – CCSST
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

ADRIANA BEZERRA LIMA SILVA

**FORMAÇÃO TERRITORIAL DA RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO EM
CIDELÂNDIA-MA E SUA REPRODUÇÃO FRENTE À REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA**

IMPERATRIZ – MA
2018

ADRIANA BEZERRA LIMA SILVA

**FORMAÇÃO TERRITORIAL DA RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO EM
CIDELÂNDIA-MA E SUA REPRODUÇÃO FRENTE À REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, CCSST, Imperatriz.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira

IMPERATRIZ – MA
2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Silva, Adriana Bezerra Lima.

Formação Territorial da Reserva Extrativista do Ciriaco em Cidelândia-Ma e sua Reprodução Frente à Reestruturação Produtiva / Adriana Bezerra Lima Silva. - 2018.

73 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 2018.

1. Eucalipto. 2. Reestruturação Produtiva. 3. Território. I. Nogueira, Prof. Dr. Alexandre Peixoto Faria. II. Título.

ADRIANA BEZERRA LIMA SILVA

**FORMAÇÃO TERRITORIAL DA RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO EM
CIDELÂNDIA-MA E SUA REPRODUÇÃO FRENTE À REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, CCSST, Imperatriz.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira

Monografia apresentada em 21 de Dezembro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira (1º examinador – orientador – UFMA/CCSST/LCH)

Prof. Ms. Salvador Tavares de Moura (2º examinador – UFMA/CCSST/LCH)

Prof. Ms. Gilvânia Ferreira da Silva (3º examinador – UEMASUL)

IMPERATRIZ – MA

2018

DEDICATÓRIA

Aos filhos Enzo Benjamim e Amon Bernardo por me ensinar a transpor limites.

A minha irmã Laíz para servir-te de inspiração.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por conceder-me energia mental e forças para continuar.

Ao esposo Gildelson, pelo companheirismo e paz transmitida em todo o tempo.

A minha irmã Laíz, por cuidar dos meus filhos durante a graduação, você não existe!

A minha mãe Maria, pela ajuda a todo o momento especialmente na reta final, concedendo-me tempo e tranquilidade para escrever.

Ao meu pai Laércio, pela torcida para que eu concluísse com êxito mais uma etapa da vida.

A todos os familiares que torceram por mim e entenderam os momentos de ausência.

As amigas, Alessandra, Edna, Ivanilde e Jane Lúcia pela amizade sincera e participação em todos os momentos importantes da minha vida e Joana pelo apoio e incentivo. Compartilho com vocês essa conquista e alegria!

Ao Prof. Dr. José Mário Riquelme Hernández por sua orientação e altruísmo em ensinar-me a fazer pesquisa com zelo e comprometimento, minha eterna gratidão!

A Prof. Dra. Betânia Barroso, pela ajuda ainda que breve, porém muito importante. Obrigada!

Ao meu orientador Prof. Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira, pelo acolhimento, paciência e orientação no pouco tempo que lhe coube, muito obrigada!

As quebradeiras de coco e a todos os entrevistados, pela receptividade e disposição em compartilhar suas histórias, material sobre a reserva, conhecimentos e apoio necessários a formulação dessa pesquisa, dentre estes Fernúbia e Ivan. Obrigada!

As amigas de graduação, Antônia, Maria Lúcia, Nildete e Taianne pelos momentos de aprendizado, experiências partilhadas e pela torcida!

Aos professores Salvador Tavares e Gilvânia Ferreira da banca examinadora, por aceitarem o convite. Obrigada!

Aos Professores do Curso de Ciências Humanas 2011.2, pelo conhecimento compartilhado e contribuição para a minha formação, meus sinceros agradecimentos!

“Antes da Reserva nós era mais unida, porque não tínhamos outro meio de viver, hoje tem carvão, lavoura, outros trabalhos”.

(Quebradeira de Coco, Reserva do Ciriaco).

RESUMO

A pesquisa empreendida consiste em compreender o processo de substituição do extrativismo de coco pela agropecuária e a homogeneização socioprodutiva na Resex do Ciriaco em Cidelândia-Ma a partir da transição de assentamento para reserva legal à luz do processo de reestruturação produtiva na região. A relevância do presente estudo justifica-se pela ameaça que representa a instalação e proximidade de projetos agroindustriais às populações tradicionais, especialmente às quebradeiras de coco babaçu, foco desse estudo. Para alcançar os objetivos propostos foi realizada pesquisa teórica, visitas de campo e análise dos levantamentos socioeconômicos da resex. A apreensão dos dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos sociais ligados direta e indiretamente ao lócus de pesquisa e história de vida das quebradeiras de coco e moradores do local. O conjunto dos procedimentos teórico metodológicos possibilitou a formulação do problema de pesquisa em questão e a relação do local com o global, no que tange às mudanças ocorridas no território e na atividade extrativista das quebradeiras de coco babaçu em face ao modelo de desenvolvimento rural projetado pela reestruturação do capital mundial. O resultado da pesquisa mostrou que a expansão do monocultivo de eucalipto e a instalação de siderúrgicas na região da qual a resex faz parte combinado com função estratégica desempenhada pelo Estado maranhense ao privilegiar a lógica de expansão do capital, contribuíram para a desestruturação produtiva da atividade extrativista de coco babaçu das quebradeiras.

Palavras-Chave: Reestruturação Produtiva. Território. Eucalipto.

ABSTRACT

The research is undertaken to understand the process of replacing the coconut extraction by agriculture and the socio-productive homogenization in the Ciriaco Resex in Cidelândia-Ma from the transition from settlement to legal reserve considering the process of productive restructuring in the region. The relevance of the present study is justified by the threat posed by the installation and proximity of agroindustries projects to traditional populations, especially to babassu coconut breakers, the focus of this study. To achieve the proposed objectives, a theoretical research, field visits and analysis of the socioeconomic surveys of the Resex were carried out. The data were collected through semi-structured interviews with the social subjects directly and indirectly linked to the research locus and life history of coconut breakers and locals. The set of theoretical methodological procedures made possible the formulation of the research problem in question and the relation of the local to the global, with respect to changes in the territory and in the extractive activity of the babassu coconut breakers in relation to rural development model designed by the restructuring of global capital. The result of the research showed that the expansion of eucalyptus monoculture and the installation of steel mills in the region of which the Resex is part combined with the strategic role played by the state of Maranhão, privileging the logic of capital expansion, contributed to the productive disruption of the extractivist activity of babassu coconut from the breakers.

Keywords: Productive Restructuring. Territory. Eucalyptus.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Caminhos da Pesquisa.....	11
2. SOBRE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: LINHAS DE ESCLARECIMENTO	15
2.1 Reestruturação Produtiva e a reprodução do capital	15
2.2 Reestruturação Produtiva e elementos para pensar o agrário.....	19
3. EUCALIPTO COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO.....	27
3.1 Reestruturação Produtiva no campo maranhense	36
4. FORMAÇÃO TERRITORIAL DA RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO ...	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	71

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é produto de um desejo despertado ao cursar a disciplina “Produção e Organização do Espaço Agrário e Urbano Brasileiro” durante a graduação em Ciências Humanas/Sociologia na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Este desejo transformou-se em determinação ao participar de um levantamento socioeconômico das famílias agroextrativistas da Resex Ciriaco no município de Cidelândia – Maranhão no ano de 2014.

Inicialmente, a curiosidade em entender mais sobre o desenvolvimento sustentável extrativista de coco e a Lei do Babaçu Livre juntamente com o estranhamento da realidade local, levou-me a conhecer mais sobre a história das quebradeiras de coco, deparando-me com um cenário de luta pelo livre acesso aos babaçuais e de resistência ao latifúndio e expansão agropastoril na década de 1970 e logo percebi durante os dias em que estive na resex que a realidade local não correspondia com a teoria, pois a aplicação parcial da lei do babaçu livre protegia a prática extrativista de um lado, mas por outro lado, não houve avanço produtivo do extrativismo de babaçu como economia de subsistência causando-me estranhamento.

Essa pequena reflexão da relação entre o abstrato e o concreto e a constatação de contradições entre teoria e realidade orientou-me para o aprofundamento dos estudos iniciais e possibilitou-me apontar outros desdobramentos para essa pesquisa como a seguir.

As transformações da agricultura tradicional extrativista decorrente da reestruturação do capital mundial em décadas anteriores e a expansão do modelo agroexportador atualizado na sustentabilidade configuram o desenvolvimento rural e seus efeitos na atual forma de produzir os babaçuais. O objeto do presente estudo se desafia a analisar a Resex do Ciriaco localizada no município de Cidelândia no Estado do Maranhão sob a mudança que sofre a organização produtiva das unidades familiares extrativistas, desde quando opera uma substituição do perfil produtivo, na transição de assentamento agroextrativista para Resex extrativista ratificada legalmente.

O processo de transição de um extremo a outro leva ao aumento de ratificação da titulação da área em Resex e uma diminuição substancial da produção de babaçuais em relação ao momento anterior caracterizado por lotes irregulares sem legalização de terra, porém com um alto manejo extrativista e coeso dentro das unidades familiares produtoras de

coco. O eixo problematizador deste estudo, parte do princípio que esta assimetria se compõe como parte integral do modelo de desenvolvimento rural em suas diversas combinações, seja territorial, sustentável ou agroextrativista.

A relevância desse estudo justifica-se pelo fato de que no Maranhão se concentra boa parte dos babaquais, sendo que a atividade extrativa do babaçu é considerada pelas quebradeiras de coco como um recurso natural e faz parte de sua tradição passada de geração a geração. No entanto, essa atividade tem desaparecido ao longo dos tempos, apesar de sua importância em determinados momentos na economia. Embora sua importância para as quebradeiras esteja ligada à cultura tradicional para a subsistência e não para a acumulação de valor, essa atividade após a II guerra mundial esteve ligada ao mercado internacional pela exportação do óleo extraído da amêndoa do babaçu (AYRES JÚNIOR, 2004, p. 6).

Desse modo, compreender o processo de substituição do extrativismo de coco babaçu a partir da transição de assentamento para reserva legal à luz do processo de reestruturação produtiva na região torna-se o cerne dessa pesquisa. Como parte desse desafio torna-se necessário entender essas transformações num contexto de expansão do agronegócio e seus efeitos na reserva. Busco também examinar as relações constituídas nesse espaço assim como seus mecanismos de defesa, seja pelo afastamento ou aproximação com outras instituições.

1.1 Caminhos da Pesquisa

Sendo o objeto das ciências humanas essencialmente qualitativo conforme Minayo (2002, p. 15-17) foi fundamental para a realização dessa pesquisa, a aproximação com as quebradeiras de coco babaçu para obter respostas as nossas inquietudes de pesquisa, entender a história do nosso recorte territorial e, principalmente, para conhecer suas histórias e dificuldades dentro da reserva.

Entretanto, anterior à aproximação com os sujeitos da área selecionada para estudo, a pesquisa teve início com leitura bibliográfica para compreender melhor o universo das quebradeiras de coco babaçu, de modo geral sua historicidade e conseqüentemente a problemática na qual está inserida, possibilitando relacionar teoria e realidade local e a constatação de contradições. Além do mais, foram analisados cuidadosamente os planos de manejo dos anos 2000 e 2011 para captação de dados concernentes as pessoas extrativistas por

sexo e idade, renda, produção, atividades econômicas e diferenciação social estruturados em gráficos e tabela.

O período referente às visitas de campo correspondeu aos anos de 2015 e 2017, nesse espaço de tempo foram realizadas com os sujeitos sociais, entrevista semi-estruturada de forma individual e história de vida a fim de conhecer, perceber o grau de envolvimento com o extrativismo de babaçu na resex, seus posicionamentos, relações, dificuldades e formular questões como forma de orientar a todo o momento o trabalho de campo.

A escolha desse procedimento metodológico justifica-se com Neto (2002, p. 56-57), pois a conversa a dois permite “diálogo espontâneo, profundo e correspondido, já que o informante retoma sua vivência de forma retrospectiva, proporcionando ao pesquisador uma percepção reflexiva do reflexo coletivo a partir da visão individual”.

Foram entrevistadas doze (12) quebradeiras de coco; uma (01) quebradeira representante do Movimento Interestadual das Quebradeiras (MIQCB); um (01) ex-presidente e um (01) atual presidente da Associação (ATARECO); três (03) representantes do Instituto Chico Mendes (ICMBIO); um (01) representante da empresa Cia Suzano Papel e Celulose e um (01) representante do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, sendo o total de vinte (20) entrevistados.

No decorrer da elaboração do trabalho de campo, os laços de amizade e confiança foram estabelecidos e fortalecidos principalmente entre as quebradeiras gerando expectativa por parte dos investigados quanto ao resultado da pesquisa. O estreitamento das relações permitiu que novas questões surgissem possibilitando a seleção criteriosa de informação para a formulação do problema central dessa pesquisa e para futuras pesquisas.

As conversas com as quebradeiras de coco e representante do MIQCB objetivou entender a fratura existente entre ambos assim como a aproximação das quebradeiras com a agroflorestal Suzano Papel e Celulose.

Para entender as dificuldades que levou a desorganização produtiva do extrativismo de coco e a priorização da agricultura dentro da resex foram entrevistados o ex-presidente e atual presidente da Associação dos Trabalhadores Agro-extrativistas da Reserva Extrativista de Ciriaco (ATARECO).

No mesmo período, conversei com três (03) representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) para entender a deficiência das políticas públicas em não operar na resex e os obstáculos que dificulta o acesso a elas, a aproximação e relação da Suzano com a reserva assim como os recursos destinados e informações de ordem produtiva.

Foi entrevistado um (01) representante da empresa Cia Suzano Papel e Celulose para entender a relação e intenção da empresa em oferecer recursos para a reserva, assim como obter maiores esclarecimentos sobre possível plano de negócio voltado para a produção e comercialização do babaçu envolvendo as quebradeiras de Ciriaco e se haveria em longo prazo um plano para as quebradeiras de coco.

Conversei também com um (01) representante do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) para apreender o processo de constituição da reserva e as dificuldades encontradas no processo de transição de assentamento para reserva legal.

De acordo com Neto (2002, p. 54-56) “o campo é o palco de manifestações, de intersubjetividades e de interações entre o pesquisador e os grupos estudados, proporcionando a criação de novos conhecimentos”. Por esse motivo e apesar de perguntas específicas terem sido direcionadas a determinados sujeitos, procurou-se ao longo das conversas com todos os entrevistados abordar cada assunto visando obter um conhecimento maior na visão de um número variado de pessoas.

A apreensão e ordenação das informações foram feitas através do auxílio de um gravador e diário de campo, além da observação participante. Para apresentação dos resultados foram utilizadas as falas dos entrevistados com pseudônimos para preservar a identidade dos mesmos e a organização dos dados em gráficos e tabelas objetivou aproximar a realidade social com o conjunto de expressões humanas, tendo em vista que “os conceitos quantitativo e qualitativo não estão dissociados, pois um atribui a interpretação à grandeza do fenômeno e o outro a interpretação ao referencial que dá significado ao objeto” (GATTI, 2011, P. 71).

Após leitura bibliográfica, análise dos planos de manejos e visitas de campo adentramos no referencial teórico, ou seja, no tema da reestruturação produtiva que nos

permitiu compreender e relacionar as transformações pertinentes ao objeto de pesquisa em âmbito local com o global.

O resultado mostrou que a territorialização do capital figurado pelo agronegócio e siderúrgicas facilitado pelo governo local nas proximidades da resex Ciriaco acabou por desestruturar a produção de coco antes existente combinado com a transformação da área de assentamento em reserva legal pelo Estado. Na transição de assentamento para reserva, o Estado se manteve ausente por período suficiente para fragilizar o grupo das quebradeiras e deixá-las vulneráveis a outras propostas de renda e como forma de sobrevivência cede a práticas contrárias ao extrativismo.

Para estruturar nossa monografia organizamos o texto em três capítulos, o primeiro, intitulado “SOBRE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: Linhas de esclarecimento” tendo como objetivo situar o leitor no debate sobre o processo de reestruturação produtiva no capitalismo e como esta ocorre no espaço agrário brasileiro.

Já no segundo capítulo “EUCALIPTO COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO” traz como elemento de reprodução do capital no campo e estratégia de desenvolvimento para o espaço agrário brasileiro o monocultivo do eucalipto e como este representa o processo de reestruturação produtiva no Maranhão.

No terceiro e último capítulo “Formação Territorial da Reserva Extrativista do Ciriaco” mergulhamos no nosso objeto de pesquisa, nas dinâmicas sociais ali desenvolvidas e como os sujeitos que constroem esse território vêm garantindo a reprodução territorial diante do cenário apresentado ao longo da escrita.

2. SOBRE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: LINHAS DE ESCLARECIMENTO

Para iniciarmos o debate sobre a reestruturação produtiva é necessário entender que este é um movimento histórico e social do modo de produção capitalista. Esse processo é a garantia de uma mudança paradigmática na reprodução do capital, ou seja, é a reformulação que o sistema produtivo desenvolve para garantir sua adequação às novas formas organizacionais e tecnológicas surgidas em determinados momentos históricos.

A reestruturação produtiva como um fenômeno do capitalismo que, ao longo do seu desenvolvimento, vem sendo implementada, não é a sobreposição ou a substituição de um modelo ou forma organizativa por outra, pois a própria dinâmica do capitalismo, ou seja, a sua estrutura não é estática, fixa, logo, esse entendimento de ruptura não pode ser compreendido a partir do processo de reestruturação produtiva.

Partindo desse mesmo entendimento de movimento do processo de reestruturação produtiva, Lencioni (1998, p.7-8), afirma que:

[...] Cabe lembrar que as formas anteriores não se dissolvem nesse processo de reestruturação, elas se modificam e são modificadas pela teia de relações em movimento. Tornam-se, sim, subordinadas face ao desenvolvimento dessas novas formas que reestruturam tanto a sociedade como o espaço. As estruturas, nem são fixas e nem estáveis. Elas têm um equilíbrio provisório e quando esse equilíbrio é abalado pode ocorrer uma desestruturação-reestruturação, que se gesta no seio da própria estrutura, pois esta tem uma dinâmica que não só a constitui, mas que, também, busca romper os equilíbrios provisórios. Portanto, estruturação-desestruturação-reestruturação se constitui num único movimento (apud, GOMES, P. 54).

Essa tríade do movimento do processo de reestruturação produtiva (estruturação-desestruturação-reestruturação), apresentada pela autora, nos leva a ter uma visão a partir da totalidade, pois é encarar esse movimento como um só, como um processo que garante a reprodução do capital.

2.1 Reestruturação Produtiva e a reprodução do capital

O processo de reestruturação produtiva, como uma necessidade do modelo capitalista de garantir a sua reprodução, está baseada, como já dito em linhas anteriores, no processo de mudanças na organização produtiva, na inserção de novas tecnologias, o que, em muitas vezes, é a saída para muitas das crises desse modo de produção.

Sobre essa adaptação do sistema às novas tecnologias no processo produtivo, Harvey (2003) comenta que as primeiras estratégias frente à crise do capital seria sobreviver em meio à deflação aumentando o valor dos produtos e a competitividade no mercado através da:

Mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital (...) (apud, CARDOSO, 2006, P. 6).

Como exemplo desse processo de adequação tecnológica e organizacional, inicia-se o processo de substituição do *fordismo* na década de 1970 pela *acumulação flexível* (Antunes, 2005, p. 11, apud, Sampaio, p.5) que segundo Meirelles (2016, p. 3) propõe:

A flexibilização dos processos de trabalho, das especializações, das empresas, dos salários, da mente do trabalhador, enfim, de tudo o que está vinculado ao processo produtivo, com vistas à maximização da acumulação do capital.

Nesse contexto, Teubal (2008, p. 141, apud, Pinheiro, 2014, p. 16) conclui que o desenvolvimento do capitalismo segundo o novo modelo é favorecido pelo domínio crescente de empresas transnacionais no mundo que Castillo (2016, p. 7) se apropriando das palavras de Santos (2002, 1997) diz transformar-se numa guerra entre os lugares na escala planetária.

A consolidação desse modelo de reestruturação capitalista ocorreu nos anos 1990 num contexto de debate europeu (Meirelles, 2016, p. 6) mais precisamente no Consenso de Washington em 1989 onde foi definida a política macroeconômica do capitalismo (SANTOS, P. 4-5).

Para Meirelles (2016, p. 2) as propostas pós-fordistas se articulam com o ideário neoliberal que segundo Bernstein (2011) significa,

O neoliberalismo, caracterizado como um programa político e ideológico tem por finalidade promover a liberdade e mobilidade do capital. Para isso, direciona suas ações para a redução ou extinção das conquistas das classes trabalhadoras, para a mercantilização dos aspectos da vida social, e para a adoção de planos de ajuste estrutural, de liberalização econômica, de privatizações e de reforma do Estado” (apud, PINHEIRO, 2014, P. 50).

Subentende-se que o neoliberalismo é tido como ferramenta para a *acumulação flexível*. A mundialização ou financeirização do capital segundo Júnior (2004) caracteriza uma nova etapa de internacionalização capitalista e é considerada por Alves (2001) como “um processo civilizatório humano-genérico, um processo sócio-histórico contraditório e avassalador, de instauração de uma nova economia e sociedade modernas” (ALVES, 2001, P. 28, apud, JÚNIOR, 2004, P. 18).

Nesse processo, de inserção de uma nova lógica capitalista, Cardoso (2006, p. 6) afirma que “não há substituição completa de um regime pelo outro, mas a incorporação de elementos precedentes”.

De fato, há um hibridismo entre elementos da “antiga” e “nova” estrutura como ressalta Meirelles (2016, p. 13) “estudos tem revelado que o *fordismo* não está totalmente superado enquanto gestão de trabalho” a exemplo da sustentação do capital em bases tradicionais, inovação tecno-científica x concentração fundiária, na visão de Nascimento (2011, p. 89) “o velho e o novo se entrecruzam”.

Segundo Antunes (2005) a substituição do modelo produtivo fordista pela flexibilização foi realizado primeiramente em países de maior crescimento da economia capitalista, pois se adequavam as exigências da flexibilização que requeria:

[...] ‘liberdade da empresa’ para desempregar trabalhadores sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; direito da empresa, para reduzir ou ampliar o horário de trabalho, de acordo com as condições de mercado; possibilidade de pagar salários reais mais baixos [...] A flexibilização, definitivamente, não é solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos trabalhos reais mais baixos e com piores condições [...] o trabalho ilegal vem assumindo dimensões gigantescas.

No século XX, a mudança da divisão internacional do trabalho determinou que o fluxo de capitais devesse fluir do sul para o norte colocando os países devedores como “exportadores líquidos de capitais” (Santos, p. 4) essa decisão levou a incorporação do fordismo na América Latina como Antunes (2011) salienta,

[...] dada à particularidade da subordinação e dependência estrutural do capitalismo latino-americano em relação aos países centrais, o binômio taylorismo/fordismo teve – e ainda tem – um caráter periférico em relação àquele que se desenvolveu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Na América Latina, esse caminho para o mundo industrial sempre se realizou de modo tardio (ou mesmo hipertardio) quando comparado aos processos vivenciados pelos países de capitalismo hegemônico. E o fez sustentado em um enorme processo de superexploração do trabalho, que combinava de modo intensificado, a extração absoluta e relativa do trabalho excedente, oferecendo altos níveis de *mais-valia* para o capital (ANTUNES, 2011, P. 22, grifo do autor, apud, MEIRELLES, 2016, P.10).

Inserido nessa lógica, Júnior (2004, p. 18) conclui que “quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitalista, mais desastrosas e cruéis são as consequências para o trabalho, para a classe trabalhadora” como explica Vasapolo (2005),

O atual processo de mundialização capitalista significa apenas o domínio das bolsas de valores e da financeirização da economia, em conflito direto com qualquer forma de melhoria das condições de vida dos trabalhadores, obstaculizando a ampliação dos direitos sindicais e universais. Esse é concretamente, o conceito de modernidade no capitalismo selvagem, visível mesmo sob o disfarce dos tons moderados e

equilibrados presentes no suposto e irreal “mercado social”. (VASAPOLO, 2005, P. 20, apud, SAMPAIO, P. 6).

Nesse circuito de acumulação do “capitalismo selvagem”, o capital tenciona cada vez mais eliminar o trabalho abstrato e intensificar o trabalho concreto (Júnior, 2004, p. 21) e o faz por meio de terceirização, contratação de trabalhadores por tarefas ou tempo parcial (Antunes, 2002-2003, p. 20) significando desemprego, exploração, trabalho precarizado em função do lucro ampliado para o capital.

A nova lógica de acumulação fundamenta-se na privatização, desregulamentação e precarização do trabalho nos países, inclusive na América Latina conforme descreve Antunes (2011, p. 39):

[...] praticamente todos os países latino-americanos dotados de áreas industrializadas implementaram em suas empresas os processos de *downsizing* (redução dos níveis hierárquicos) por meio de uma enorme redução do número de trabalhadores e do número de exploração da força de trabalho, o que significa que o processo tecnológico e informacional também passou por sérias mutações. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva foram introduzidas com grande intensidade, mesclando-se aos novos processos produtivos baseados na acumulação flexível, ou ainda no chamado Toyotismo (ou “modelo japonês”), que se expandiu para o capitalismo ocidental de modo muito vigoroso e ampliado desde os anos 1970, - para a América Latina especialmente a partir dos anos 1980 (apud, MEIRELLES, 2016, P. 10-11).

A lentidão das mudanças organizacionais na década de 1970 no Brasil, por exemplo, exceto para a divisão do trabalho¹, justifica a demora em expandir o capitalismo na América Latina em relação aos países da América Central (Antunes, 2002-2003, p. 15) sem perder de vista que a América do Norte fundamentou-se numa constituição voltada para colônias de povoamento e na América Latina para colônias de exploração (MEIRELLES, 2016, p. 9-10).

Porém, a subordinação do trabalho aos países centrais, tem sua gênese no Brasil na formação territorial no período colonial sobexploração escrava da coroa portuguesa no território com utilização da força de trabalho indígena e africana (Santana, 2014, p. 6) sobre o trabalho coercitivo Antunes (2004) discorre,

O seu trabalho não é, portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer carências fora dele. Sua “estranhidade” evidencia-se aqui tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste (ANTUNES, 2004, P. 181, SAMPAIO, P. 7).

¹ Na década de 1970 a economia brasileira estava voltada para a produção de bens de consumo duráveis visando mercado interno e restrito e também a produção e exportação de produtos primários e industrializados baseado na *superexploração da força de trabalho*. (Antunes, 2002-2003, p. 15).

O capitalismo é considerado um fenômeno (Santana, 2014, p.1) por ampliar-se, adaptar-se a novas formas e diferentes contextos sociais e perdurar através da propriedade privada e manipulação Estatal, portanto, para Santos (p. 1) entender as motivações e interesses do Estado e da reestruturação é crucial para compreender o seu processo e como este vem se desenvolvendo no espaço através do tempo.

2.2 Reestruturação Produtiva e elementos para pensar o agrário

A regulamentação da propriedade privada no Brasil ocorreu pela substituição do regime de sesmarias² pela Lei de Terras³ de 1850 (Pinheiro, 2014, p. 40), ironicamente fora criada não de forma gratuita, mas por determinação da corte Inglesa para abolição do tráfico negreiro (SANTANA, 2014, p.7).

Paralelamente, sobre o sistema de sesmarias Nascimento (2011, p. 41) considera que “Em Portugal, as sesmarias serviram para o não esvaziamento do campo (...) serviu para crescer a pequena propriedade”, no Brasil, porém, houve o processo inverso e perdurou ao longo do tempo, como demonstra Oliveira (2001, p. 30).

Se analisarmos os dados de 1985 essa realidade não mudou, ao contrário, a concentração das terras nas mãos de poucas pessoas aumentou ainda mais. Vamos aos dados: menos de 0,9% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com área superior a 1.000 há, ou seja, 50. 105 unidades ocupavam uma área de 167,7 milhões de hectares ou 44% do total das terras; enquanto mais de 90% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com menos de 100 há, ou seja, 5.252.265 unidades, ocupavam uma área de apenas 79,7 milhões de hectares, ou 21% do total das terras (APUD, SANTANA, 2014, P. 7).

A opção pelo latifúndio desde o período colonial que perdurou até 1985 conforme citação se assemelha com a escolha do Estado após a crise de 1964-66 ao decidir eliminar o déficit público reestruturando suas bases produtivas sob a política neoliberal (Santos, p. 2) significou para Prado Júnior (1968) abertura ao crescimento do imperialismo com a instalação de empresas estrangeiras (apud, NASCIMENTO, 2011, P. 37).

² A concessão de terras através do sistema de sesmaria serviu para manter a ocupação da terra condicionada ao cultivo, do contrário a terra passava a ser devoluta. Também torna inacessível a posse legal de terras, pois a legislação lusitana não reconhecia o direito de posse, obrigando-os a ocupar terras devolutas gerando conflitos entre sesmeiros e posseiros, que ampliaram o limite de suas terras por falta de fiscalização do Estado (Nascimento, 2011, p. 33).

³ “Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que se refere ao primeiro instrumento jurídico que regulamentou a propriedade privada das terras no Brasil. Essa lei estabeleceu que as terras devolutas do Império passassem a ser adquiridas somente por intermédio de compra, e as terras possuídas por sesmarias ou por posse tivessem seus títulos revalidados e legitimados através da ocupação das terras. Essa lei, portanto, serviu para legitimar a terra como mercadoria e garantir a posse aos antigos latifundiários” (Pinheiro, 2014, p. 40).

No decorrer da história e produção do espaço agrário brasileiro, o grande capital, na figura do latifúndio sempre foi o carro chefe das políticas governamentais voltadas para o campo no Brasil.

As bases do modelo de acumulação flexível segundo Erthal (2000) já haviam sido estruturadas com o regime de sesmarias, Lei de Terras de 1850 e o sistema *plantation* (apud, Nascimento, 2011, P. 32-33) e continuado na década de 1980 nos governos Figueiredo e Sarney⁴ (Santos, p. 5-6) revelando a dependência do Estado brasileiro em relação ao capital internacional (LEAL & FRANÇA, 2011, p. 10).

Simultaneamente a relação de dependência estimula o aumento da produtividade do agronegócio e nos faz refletir a quem realmente beneficia conforme demonstram Locatel e Azevedo (2008, p. 5):

Políticas de crédito generosas, os subsídios aos financiamentos e as compras de máquinas e insumos tenderam a beneficiar um grupo formado pelos grandes produtores, empresários rurais, latifundiários e especuladores, as indústrias à montante e à jusante, que lucraram com suas atividades, por constituírem uma elite que influenciava no processo formador das políticas agrícolas. Enquanto isso, o pequeno produtor e o trabalhador rural, os quais permaneceram à margem do processo formador das políticas agrícolas, viveram a acentuação da pobreza e da miséria herdadas de fases anteriores (apud, LEAL; FRANÇA, 2011, P. 14).

De forma institucionalizada, a dependência efetivou-se com a instalação do *agronegócio globalizado* em 1990, passando a gestão do setor agropecuário às corporações industriais e comerciais nacionais e transnacionais (Castillo, 2016, p. 3) sobre os efeitos deste, Fernandes (2008, p. 296) afirma o seguinte:

Na atualidade, no campo brasileiro, o capital tem o nome do agronegócio, que procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato através da terceirização da produção (que muitos chamam de integração) ou explorá-la através da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõe (apud, SAMPAIO, P. 3-4).

De modo geral, a nova forma de gestão-regulação do capital tem seus efeitos e estes recaem da seguinte maneira “(...) desregulamentação das leis trabalhistas (...) acarretando mudanças no conteúdo do território, da relação cidade-campo, e, conseqüentemente, na ação política dos trabalhadores” (Sampaio, p.8), neste último, por exemplo, na plasticidade / (des) pertencimento de classe (JÚNIOR, 2004, P. 12).

⁴ A subordinação das estatais ao Ministério do Planejamento, Comissão de Privatizações e decreto nº 86.215 que permitiu a transferência e desativação de empresas controladas pelo governo federal, internacionalização das estatais e terceirização dos serviços do setor público tiveram um papel decisivo na preparação do país para a ampliação das transformações que ocorreria na década de 1990 (SANTOS, P. 5-6).

Some-se a isto, o Estado atua como suporte jurídico-político para facilitar os interesses do capital e controlar a sociedade (Sampaio, p. 9) na visão de Tavares (2004) o Estado é responsável pela informalidade gerada pela precarização do trabalho e expõe:

[...] tratar o “setor informal” como ação complementar às políticas de assistência é excluir o trabalho informal do processo de reprodução do capital, pois, assim, ele não cria riqueza, nem participa das relações sociais pelas quais os homens se organizam para se reproduzirem material e espiritualmente. O *locus* do debate para esse tipo de trabalho deixa de ser o interior da economia política, onde se desenvolvem as relações de produção, para ser o Estado, ou outra entidade que o represente, como, por exemplo, as organizações não-governamentais (viabilizadas com o e também do mercado), que insistem no desenvolvimento de uma economia popular (predominantemente não-remunerado, mas a serviço do capital), distinta da economia capitalista. Infere-se daí, que esse „setor informal”, cuja expansão é recomendada pelas instituições financeiras internacionais, se restringe a atividades de sobrevivência (TAVARES, 2004, P. 29, apud, MEIRELLES, 2016, P. 12).

Em consonância com Tavares (2004), a pobreza é criada e recriada pelo capital com apoio do Estado nas formas de incentivos fiscais, abertura de estradas e políticas públicas (Nascimento, 2011, p. 16-17) sobre políticas públicas Pinheiro (2014) ressalta:

(...) essas políticas envolvem pesquisa, crédito, assistência técnica e extensão rural (...), portanto, na prática, contrariam as aspirações por uma Reforma Agrária, uma vez que procuravam modernizar e consolidar a estrutura fundiária existente, embora no discurso se apresentassem como orientação reformista (ANDRADE, 1993, P. 42, apud, PINHEIRO, 2014, P. 52).

Assim, a concentração de terras juntamente com a reestruturação do capital, segundo Júnior (2004, p. 24) elimina, modifica e/ou fragiliza a maioria das conquistas⁵ dos trabalhadores do campo, assim, a mobilidade que o Estado dá ao capital segundo Castro, Gomes & Corrêa (1997) sempre esteve presente em todas as fases do capitalismo como explica,

A mobilidade desempenhou funções diferentes em diversos modos de produção. Nas sociedades primitivas a mobilidade representava uma forma de sobrevivência para as populações itinerantes que precisavam se deslocar para encontrar alimentos e terras férteis para seus cultivos comunitários. Na sociedade capitalista, a mobilidade representa uma força de trabalho “livre” e “móvel” torna-se essencial para o processo de acumulação... Nesse sentido, uma massa de trabalhadores “latentes” ou “estagnados”, seguindo o movimento do capital, representa um indicador de desenvolvimento capitalista (CASTRO, GOMES; CORRÊA, 1997, P. 341, apud, SANTANA, P. 218).

⁵ Algumas conquistas dos trabalhadores indicadas pelo autor são o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) substituído pelo PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar) em 1996 e hoje completamente esvaziado e deturpado; o projeto LUMIAR é simplesmente abolido depois de ter alcançado resultados importantes na assistência técnica; e o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) duramente fragilizado (Júnior, 2004, p. 24).

Seguidamente, as mudanças territoriais são reflexos das estratégias do capital definidas por Júnior (2004, p. 10) como um movimento de territorialização, desterritorialização e (re) territorialização que segundo Nascimento (2011, p. 75-76) exclui a historicidade e especificidade de cada lugar por não ser um movimento linear.

De acordo com Sampaio (p. 10) a categoria território é entendida “como um palco de relações sociais, políticas e culturais que configura novas espacialidades para a produção do trabalho”. Nessa perspectiva, falaremos sobre cada estratégia do capital e seus efeitos no campo, sem perder de vista o trabalho e a busca pelo território como grande impulsionador desse movimento.

Sobre a territorialização do capital Singer (1999) diz o seguinte

O capital só pode se assenhorar de um ramo de atividades, separando o produtor direto de seus meios de produção. Nesse sentido, é inevitável, portanto, que a territorialização do capital no campo, despojasse o camponês de seu acesso direto a terra, transformando-o de produtor independente a assalariado (apud, NASCIMENTO, 2011, P. 29).

Tal segregação na visão de Oliveira (1986; 2001; 2007) percorre dois caminhos “a territorialização do capital monopolista e a monopolização do território ao capital”, primeiro pela instalação de empresas agrícolas, expropriação e trabalho assalariado, segundo pela sujeição da renda da terra pelo capital financeiro, industrial e comercial (apud, PINHEIRO, 2014, P. 29-30).

A desterritorialização segundo Martins (1981; 1990) acontece quando o camponês dá lugar à produção orientada pela agroindústria destinada para a exportação e segundo Thomaz Jr. (2002) ela se reflete na migração destes para os centros urbanos na condição de trabalhadores proletários. (MARTINS, 1981; 1990, apud, PINHEIRO, 2014, P. 55; THOMAZ JR., 2002, apud, SAMPAIO, P. 10).

A reterritorialização ocorre quando o camponês expropriado reterritorializa sua identidade em outro momento e sob outras condições, como por exemplo, ocupações de terras públicas ou improdutivas, Júnior (2004, p. 12).

Diante do exposto, serão citadas algumas transformações no território a partir do movimento do capital, tendo em mente que um lugar é caracterizado pela forma de uso do espaço, costumes e tradições (SAMPAIO, P. 2).

Em primeiro lugar, o movimento de respacialização industrial para o campo é facilitado pelos incentivos fiscais de Estados e municípios (Gomes, 2011, p. 62) combinados

pela busca das empresas de proximidade da matéria-prima, mão-de-obra barata, facilidade no transporte e proximidade do mercado consumidor (NASCIMENTO, 2011, P. 63).

Esse deslocamento origina a formação de regiões produtivas do agronegócio que segundo Manzon Neto (2015) diferencia-se dos territórios rurais tradicionais, pois conforme Cogueto (2015) um não possui autonomia de existência e o outro é construído na longa duração (apud, CASTILLO, 2016, P. 11).

Com essa dessemelhança, Leal & França (2011, p. 3) afirma que o desenvolvimento ocorreu de forma heterogênea considerada por Cardoso (2006, p. 4) de caráter conservador e excludente por privilegiar algumas regiões ligadas à exportação, porém quanto ao pequeno produtor segundo Fontes (1997) este não foi excluído, mas ficou à margem como comenta:

(...) ninguém pode ser excluído do mercado, simplesmente porque ninguém pode dele sair, posto que o mercado é uma forma ou uma, formação social ‘que não comporta exterioridade. Dito de outra forma, quando alguém é expulso do mercado, na realidade, funcionalmente ou não, ele é mantido em suas margens, e suas margens estão sempre ainda em seu interior’ (apud, CARDOSO, 2006, P. 6).

Dessa forma, o capital não exclui o pequeno produtor, mas integra-o ao mercado expropriando e subordinando sua força de trabalho à indústria, trabalho temporário e não permanente (Singer, 1999, apud, Nascimento, 2011, p. 30) corroborando com Martins (1991) “nas áreas onde a modernização se intensificou houve redução da mão-de-obra empregada” (MARTINS, 1991, P. 52, apud, NASCIMENTO, 2011, P. 39).

Dentro da lógica do capital, a expropriação funciona para Santana (2014, p. 5) como “força de trabalho móvel e fluída às necessidades produtivas mercantis”, e através da desregulamentação trabalhista lucram mediante a exploração (Nascimento, 2011, p. 65) e se utiliza de outras estratégias conforme relata Azar (2015):

Politicamente, nas áreas de vida camponesa, o agronegócio, para se legitimar, tem desencadeado práticas de cooptação de lideranças de comunidades afetadas diretamente pelos impactos causados pelos empreendimentos. Em não conseguindo o controle das comunidades pela cooptação, alia-se a setores conservadores da sociedade como o judiciário e a mídia. Usa artifícios violentos, como o assassinato e perseguições.

Contudo, o capital é contraditório porque simultaneamente precisa expropriar e que a produtividade familiar continue existindo, conforme explica Martine (1990, p. 20) “[...] as próprias agroindústrias preferem reduzir seus riscos, delegando a pequenos estabelecimentos a responsabilidade de produzir sua matéria-prima” (apud, PINHEIRO, 2014, P. 55-56).

Além da exploração por meio da expropriação e força de trabalho, o sistema capitalista se apropria da renda da terra camponesa através da integração de três capitais: industrial, financeiro e comercial, como explica Bombardi (2004) a começar pelo primeiro,

[...] através da aquisição de insumos, ferramentas, equipamentos e embalagens [...] (Ibid., p. 253); o capital financeiro apropria-se da renda camponesa “[...] por meio dos empréstimos que fazem para a aquisição de adubos, herbicidas, mourões, etc.” (Ibid, p. 257); o capital comercial estabelece o controle de mercado, controlando os preços dos produtos, permanentemente baixos (apud, PINHEIRO, 2014, P. 46).

A substituição da produção tradicional pela industrial através de insumos naturais por insumos artificiais favorece a lógica do capital (Cardoso, 2006, p. 2) e configura relação social não capitalista contraditória segundo Santos (1981) na medida em que o camponês acessa o capital usurário e por meio da sua produção retorna parte da renda ao capital. (apud, PINHEIRO, 2014, P. 35).

Em contraste aos produtores que não conseguem acesso ao capital usurário, Martine (1990) conclui o desenvolvimento para o campo como modernização conservadora uma vez que as,

[...] maiores propriedades, em terras melhores, tiveram acesso a créditos, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria. Enquanto isso, os proprietários menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando mão de obra familiar para subsidiar ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam preços também baixos (MARTINE, 1990, P. 6, APUD, PINHEIRO, 2014, P. 50).

De forma a acrescentar, na visão de Lopes (2002, apud, Sampaio, p. 9) a modernização é conservadora, pois “não ocorreu alteração na estrutura fundiária do país e nem a disseminação do assalariamento nas áreas de fronteira agrícola” vemos que a capital muda em alguns aspectos para manter as velhas estruturas, sendo contraditório, como explica Nascimento (2011, p.79).

Muda-se as relações do homem com a terra, o modo de produzir e as relações de trabalho no campo, no entanto permanece a mesma estrutura arcaica, na qual o trabalhador se vê cada vez mais sem perspectiva, a estrutura fundiária permanece intacta e a população menos abastada sofre as mazelas provocadas por um Estado voltado para os interesses da minoria que detém o capital.

Apesar do camponês está inserido no modo de produção capitalista ele resiste ao manter seu modo de vida ativo (Nascimento, 2011, p. 120) através da pluriatividade em que Schneider (2003, p. 91/92) define:

(...) como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a

moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade é decorrente de fatores que lhes são exógenos como o mercado de trabalho não-agrícola, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos das famílias (APUD, CARDOSO, 2006, P. 8).

Portanto, segundo Paulino (2012) continuam senhores de seu tempo e de seu espaço e conforme Bombardi (2004) no processo de subordinação “(...) o camponês não o vivencia de forma estática (...)” (p. 204; p.271; apud, Pinheiro, 2014, p. 109) na medida em que “assume o controle de sua propriedade, produz culturas para o autoconsumo, emprega o trabalho familiar e estabelece o horário de trabalho”.

Contudo, “ficam secundarizadas e mesmo desconsideradas as questões sociais emergentes no campo” (Júnior, 2004, p. 24) seja pela negação da especificidade do local ou pelo equívoco em relacionar desenvolvimento social com o econômico (COHN, 1995, apud, NASCIMENTO, 2011, P. 114).

Embora o camponês seja proprietário de terra e trabalhador, diferencia-se do latifundiário, pois possui a *terra de trabalho* e não para extração da renda da terra como os capitalistas (Pinheiro, 2014, p. 38) ainda que modifique sua “forma de ser” como explica Nascimento (2011),

(...) É necessário inovar, modificar a produção, o individualismo cresce desenfreadamente, enfraquece o sindicato, e fortalece o medo do homem de fazer parte do grande, e cada vez mais crescente, número de desempregados. Tais mudanças na produção e no mundo do trabalho, aliado à tecnologia, abre caminhos tanto para uma grande exploração da força de trabalho quanto para um maior controle sobre o mesmo por parte do capital (NASCIMENTO, 2011, P. 46).

Na situação de “encurrallamento dos pequenos proprietários” torna-se limitados e dependentes dos programas assistencialistas (Santana, 2014, p. 2) nesse sentido Júnior (2004, p. 13, 17) afirma que o pertencimento consciente a uma classe e problematização das relações de trabalho por meio do sindicato é o caminho para a emancipação, do contrário, não somente a subjetividade ou o saber operário é capturado, mas também “sua alma, sua capacidade de indignação”.

De modo complementar, Shanin (2008) designa o termo camponês como sendo:

Sujeito pertencente a uma população que vive da terra e conseqüentemente mantinha a apropriação do território antes da vinda de empresas associadas ao agronegócio e antes mesmo da modernização em curso, e que se mantém como camponês enquanto prevalecer intrínsecos a relação de classe e um modo de vida específico (apud, PINHEIRO, 2014, P. 36).

Exemplificando a importância da consciência de classe, podemos observar com Martins (1981) que o camponês europeu escolheu lutar pela permanência na terra enquanto que o camponês brasileiro deseja a posse mesmo que não seja no seu local de origem (apud, SANTANA, 2014, P. 8).

Portanto, a destruição dos saberes camponeses historicamente construídos (Pinheiro, 2014, p. 33) torna-se invisível ao capital e mais fácil no caso brasileiro, pela fragmentação do campesinato, como é o caso da região impactada pelo plantio de eucalipto na estrada do arroz, em especial, após a implantação da empresa Suzano Papel e Celulose S.A.

3. EUCALIPTO COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO

O século XX é marcado, como vimos anteriormente, por um período de reestruturação do capital mundial que afetou países de economia periférica em nome do crescimento econômico especialmente dos países centrais fundamentado no discurso de desenvolvimento.

No Brasil, a reestruturação produtiva antecede a crise do capital mundial ocorrido na década de 1980, num contexto desorganizado e espontâneo liderado pelo capital privado nacional (Juvenal & Mattos, 2003) articulado aos interesses do Estado brasileiro e empresas produtoras de papel: Suzano, Melhoramentos (Soto, 1992) e capital estrangeiro (apud, AQUINO, 2013, P. 143 e 136).

Nesse contexto, supondo escassez de celulose devido a II Guerra Mundial e visando inserção no mercado internacional pela substituição de importação para exportação (Aquino, 2013, p. 121) ocorreu um movimento de deslocalização em 1980 de empresas de celulose para o hemisfério Sul (Carrere & Lohmann, 1997, apud, Duarte, 2012, p. 26).

A transferência/integração dessas empresas “*joint ventures*⁶” ocorreu num momento de crise da dívida externa resultando na extinção dos incentivos fiscais previsto na Lei nº. 7.714/1988 segundo Faillace (1996) e Juvenal & Mattos (2002) embora não impedisse o Estado de continuar mediando os interesses do setor através de assistência técnica, extensão rural e divulgação de programas (apud, Aquino, 2013, p. 161, 165).

Segundo Joly (2007, p. 271-272) as *joint ventures* tem investido em unidades na América do Sul “há mais de uma década” em razão do rápido crescimento da matéria prima em média, 7 anos para o corte, aumentando a capacidade de giro do capital, sendo esse um dos fatores de competitividade no mercado através da celulose.

O eucalipto veio da Austrália por meio de Edmundo Navarro de Andrade em 1914 (Rodrigues, 2015, p. 57) embora haja registros segundo Aquino (2013, p. 125) da plantação de dois exemplares de *Eucalyptus gigantea* no Rio de Janeiro entre 1824 e 1829 e em São Paulo no período de 1861 e 1863 para fim decorativo.

⁶ “*Joint venture* ou empreendimento conjunto é a denominação dada a uma associação de empresas, que pode ser definitiva ou não, com fins lucrativos, destinada a explorar determinados negócios, sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica. A Fibria Celulose S/A, por exemplo, é detentora da Veracel – uma *joint venture* com a sueco-finlandesa Stora Enso” (AQUINO, 2013, P. 161).

Devido ao comprimento de sua fibra é exímio para a fabricação de papéis macios, como higiênico, e mais lisos, como os de impressão (Aquino, 2013, p. 129), contudo sua expansão deve ser analisada segundo Santos & Silveira (2001) sob a lógica de exportação de territórios e recursos naturais (apud, DUARTE, 2012, P. 27).

Seguindo esse raciocínio, pretende-se neste capítulo deslindar alguns impulsos que favoreceu a expansão e sustentação do monocultivo de eucalipto no Brasil desde a instalação da primeira fábrica em 1852 até a consolidação do complexo florestal em 1991 (Aquino, 2013, p. 121), sobretudo o impacto social, considerando que anterior à década de 1960 o país mantinha atividade florestal extrativista e nômade (REZENDE & SANTOS, 2010, apud, RODRIGUES, 2015, P. 47).

Os anos correspondentes 1891 a 1960 marcaram o nascimento e constituição da indústria de celulose no Brasil, desde a instalação da primeira fábrica de papel bem como o processo de fabricação de lenha, postes, moirões e dormentes, até o investimento do setor siderúrgico em monocultivo de eucalipto pela capacidade de manter os fornos em funcionamento na década de 1940 (AQUINO, 2013, P. 121-134).

De modo relevante e visando tornar o país autossuficiente na produção de celulose, destaca-se o investimento em pesquisa e tecnologia impulsionada pela Companhia de Melhoramentos com investimentos públicos em 1925 e 1940 travestidos em política pública a exemplo do Plano de Metas⁷ (Lopes & Contador, 1998, apud, Aquino, 2013, p. 134) e outras como IBDF⁸ e EMATER⁹ criadas em 1970 voltado à política de reflorestamento (BAGGIO FILHO, 2006, apud, RODRIGUES, 2015, P. 58).

Entretanto, essas políticas para Magaldi (1991) não passam de estratégia governamental e flexibilização socioambiental para apoiar a expansão da monocultura de eucalipto como ocorreu em 1970 no Estado de São Paulo, além de outras como cita:

(...) criam-se políticas como: incentivos fiscais ao cultivo de eucalipto e pinus previsto no Código Florestal de 1965; criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em 1967, com a função de elaborar planos de “reflorestamento” e prestar assistência técnica; isenção, em 1970, de imposto de

⁷O Plano de Metas foi um programa de desenvolvimento elaborado em 1956, pelo Conselho de Desenvolvimento, órgão subordinado ao Presidente da República, e começou a ser aplicado em 1957. Neste plano, cinco áreas foram priorizadas para as quais investimentos públicos e privados deveriam ser direcionados, eram elas: transporte, energia, alimentação, educação e indústria básica. Celulose e papel eram um dos segmentos da indústria de base contemplados no Plano (JUVENAL e MATTOS, 2002, apud, AQUINO, 2013, P. 134).

⁸ Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

⁹ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

renda para “reflorestamentos” acima de 100 há, (Magaldi, 1991) evidenciando a política de estímulo ao latifúndio e à concentração de terras (apud, ESKINASI & SOUZA, 2013, P. 196).

O Programa de reflorestamento e florestas plantadas, direcionado para pequenos produtores, denominado Polos Florestais Sustentáveis (Oliveira, p. 7) segundo Joly (2007, p. 273) concede a estes “(...) pacote composto por mudas, insumos e assistência técnica da empresa, além de um ganho anual para plantarem eucalipto em suas propriedades (...)”.

Na mesma direção de Magaldi (1991) Aquino (2013) expõe que o monocultivo de eucalipto em áreas degradadas/inférteis serve como argumento de empresas e Estado para justificar a ampliação dessa monocultura entendimento abstraído nas palavras de Andrade (1912 p. 97/98):

O que é preciso, indispensável, é tratar o reflorestamento do nosso solo, mas de um modo prático e racional, aproveitando para isso as terras mais pobres, impróprias para outras culturas, sabido como é quão pouco exigente são a este respeito às essências florestais. (...) O que é preciso é formar matas uniformes, homogêneas, de uma só, ou de reduzido número de espécies, cuja exploração passa a ser, mais tarde, feita segundo as regras da silvicultura (...) (apud, AQUINO, 2013, P. 130).

Em sentido contrário Carrere (2003) entende que as plantações de eucalipto não são de base “florestal”, mas trata-se de uma cultura agrícola e, portanto precisam de um tratamento diferenciado como explica,

(...) as plantações comerciais exigem preparação do solo, seleção de plantas de rápido crescimento e com as características tecnológicas requeridas pela indústria, fertilização, eliminação de “ervas daninhas” com herbicidas, plantio com espaçamento regular e colheita em períodos curtos. O objetivo é produzir e colher grandes volumes de madeira no menor tempo possível e, por isso, possuem as mesmas características que qualquer outra monocultura agrícola (...) (apud, DUARTE, 2012, P. 26).

Em suma, a lógica de acumulação por meio da flexibilização ambiental regulada pela política de reflorestamento está em desacordo com princípios sustentáveis, portanto, desse ponto em diante demonstraremos as transformações no campo decorrente da expansão do eucalipto, tendo como pano de fundo, o Estado como principal articulador.

Nessa tentativa, torna-se essencialmente lembrar que a dispersão do plantio de eucalipto para diversas regiões do país ocorre mediante subordinação da terra à indústria, resultando em diversas formas de apropriação conforme descreve Gonçalves (2006):

(...) Esta expansão se deu a partir da apropriação gratuita, com uso de violência, ou a preços simbólicos de terras consideradas devolutas, localizadas em regiões fronteiriças, muitas delas historicamente ocupadas por populações tradicionais, de onde, até os dias de hoje existem diversos conflitos (apud, AQUINO, 2013, P. 151).

Para além da concentração fundiária essencial à ampliação do capital, o efeito dessa apropriação desenfreada se reflete segundo Brito (2006) na eliminação de pequenas propriedades (apud, Rodrigues, 2015, p. 50) na diversidade de usos do solo além da expropriação e migração (Eskinasi & Souza, 2013, p. 204) limitação da disponibilidade de terras para agricultura de autoconsumo e escassez de trabalho (Santos, p. 7-8) veremos como cada uma aconteceu ainda que imbricadas.

Entendemos a desconcentração industrial visando o “barateamento da matéria prima” segundo Soto (1992) e Faillace (1996) e a utilização do modal hidroviário considerado o mais barato (Joly, 2007, p. 272) como um dos fatores para competitividade e na eliminação das pequenas propriedades regimentado pelo I PNPC¹⁰ que culminou na instalação de cinco indústrias na década de 1980 (apud, AQUINO, 2013, P. 147 e 158).

Estimulada por incentivos fiscais e o governo operando em infraestrutura (Eskinasi & Souza, 2013, p. 3) especificamente de acordo com Joly (2007, p. 272) “Essas empresas têm a seu dispor toda uma gama de infra-estrutura logística que inclui três modais¹¹ de transporte, além de um terminal portuário exclusivo (...) localizado no litoral norte do Espírito Santo (...)” além destes, outros fatores garantem a competitividade no mercado externo explicados por Calazans e Meirelles (2006):

(...) a abundância e fertilidade do solo, a relativa facilidade na compra de terras para a plantação de eucalipto e condições ecológicas para o crescimento da planta em apenas sete anos. Acrescentam-se ainda o baixo preço das terras, a mão-de-obra barata, a legislação ambiental flexível e os estímulos do governo local para exportação (OLIVEIRA, 1996; CALAZANS & MEIRELLES, 2006, apud, DUARTE, 2012, P. 33-34).

Diante da abertura dada ao capital em se estabelecer nas regiões inicialmente em Minas Gerais na década de 1970 conforme os motivos acima mencionados e incentivos fiscais administrados pelo IBDF¹², a eliminação da pequena propriedade ocorre na prática através da expropriação seja pela compra da terra ou dificuldade de se manter na mesma, conforme exemplificação de Eskinasi& Souza (2013) pelo olhar ambiental:

(...) os regimes do ciclo hidrológico, havendo seca de córregos e poços no entorno das monoculturas; ao contaminar por herbicidas e formicidas, causando mutagênese e morte em animais, doenças crônicas em agricultores contaminados pela água, e ao

¹⁰ “Programa Nacional de Papel e Celulose, vigorou até 1984” (Ibid).

¹¹ “Ferroviário: Ferrovia Vitória a Minas (EFVM) liga Belo Horizonte- MG à Vitória; Rodoviário: transportado por caminhões em Barra do Riacho-ES ao Porto e Hidroviário: transportado por barcaças do sul da Bahia ao Porto no Espírito Santo” (Ibid).

¹² Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (Ibid).

diminuir a biodiversidade da fauna e flora e também da microfauna do solo (...) (ESKINASI & SOUZA, 2013, P. 199).

Em consequência da expropriação ocorre o movimento migratório campo-cidade em busca de trabalho (Santos, p. 4) ou devido à resistência ao monopólio da terra ocorre a modificação do uso do solo através de arrendamentos (Esquinasi & Souza, 2013, p. 2014) segundo Joly (2007, p. 293) “(...) A criação de gado e a fruticultura, antes predominantes, agora são rapidamente substituídos pela cultura do eucalipto (...)”.

A modificação de usos do solo claramente regulada em 1989 através do Decreto nº. 97. 628 que garantia a reposição florestal e o plantio de árvores em propriedade de terceiro justifica-se pelo disposto no II Código Florestal Lei nº. 4. 711 de 1965, como Kengen (2001) explica:

(...) no que tange à proteção florestal, o Código estabeleceu as florestas de preservação permanente; determinou as áreas de reserva legal; criou as categorias de Unidades de Conservação; disciplinou o uso do fogo na atividade florestal; e ampliou a estrutura de fiscalização florestal. No que concerne ao desenvolvimento florestal, mais minucioso que o anterior em relação ao monocultivo de espécies arbóreas exóticas (...) este Código liberou a exploração do que chamou de „florestas plantadas“; às declarou imunes a qualquer tipo de tributação; determinou que o preço da terra não poderia se elevar em virtude deste tipo de plantação; e estabeleceu diretrizes para a concessão de estímulos tributários e fiscais àqueles que investissem nesta atividade, como a isenção do imposto territorial (apud, AQUINO, 2013, P. 138).

Conforme o exposto, o novo código além de prever apenas proteção e desenvolvimento está totalmente de acordo com o novo modelo de silvicultura garantindo às empresas a isenção do ICMS devido à destinação da mercadoria ao exterior (JOLY, 2007, p. 274).

Assumindo também um caráter excludente através da política de “estímulos tributários aqueles que investissem nessa atividade” sendo a disparidade entre os beneficiários inquietante como expõe Furtado (1974, p. 73):

Se observarmos o sistema capitalista em seu conjunto vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento; e se observarmos em particular o conjunto dos países periféricos constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte (apud, SANTOS, P. 7).

De modo complementar, segundo Bacha (2008) para receber o incentivo fiscal era necessário ser contribuinte - investidor e destinar parcela do imposto de renda a uma empresa-beneficiária, da seguinte maneira:

O contribuinte – investidor apurava o quanto deveria pagar de Imposto de Renda e, na sua declaração, decidia quanto locar, até um limite máximo definido, para

incentivo fiscal para reflorestamento, e se haveria ou não uma empresa –beneficiária específica a ser contemplada. Após o contribuinte- investidor pagar o valor devido, a Secretaria de Receita Federal (SRF) alocava à empresa-beneficiária selecionada o incentivo fiscal a ela destinado. Esta, após o recebimento dos recursos monetários, emitia um Certificado de Participação em Reflorestamento (CPR) para o contribuinte- investidor. Caso ele indicasse alguma empresa-beneficiária, haveria a concessão de incentivo fiscal na categoria “projeto-próprio”. Se o contribuinte-investidor não indicasse a empresa-beneficiária, a SRF a escolhia e haveria concessão de incentivo fiscal na categoria projeto comum (BACHA, 2008, P. 15, apud, AQUINO, 2013, P. 142).

Exclusos da modernização muitos camponeses como dito antes migram para a cidade em busca de trabalho e na visão de Santos (p. 3) aumenta a população da urbe e contribui para a segregação socioespacial, entendido por Rolnik (1994, p. 40-41) como “(...) movimento de separação das classes onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais lugares” (apud, SANTOS, p.10).

Nesse sentido, Laschefski (2006) enfatiza a necessidade de analisar os problemas relacionados à expansão da cultura de eucalipto pelas interações do espaço rural e urbano, pois “o estilo de vida urbano é, em grande medida, dependente dos processos que ocorrem nos espaços considerados rurais” (apud, DUARTE, 2012, P. 27).

Inversamente, os acontecimentos do campo impulsionam uma nova organização da cidade, como Frederico (2011) salienta:

A especialização dos núcleos urbanos, provocada pelas demandas do campo moderno, transformou a antiga relação campo-cidade, baseada na regulação local e nos nexos de complementaridade. Na nova fase, a cidade tornou-se o lócus principal da produção, pois é nesta que se concentram os principais serviços, produtos e agentes (trabalhadores agrícolas, produtores, consultores, empresas, bancos) necessários à produção (FREDERICO, 2011, P. 3, apud, SANTOS, P. 12).

Considerando que em 2010 só no estado de Minas Gerais a área plantada de eucalipto chegava a 1.280 mil hectares de eucalipto (Rodrigues, 2015, p. 48) entende-se a migração como um reflexo da limitação de terras para agricultura de autoconsumo em contraste com a disponibilidade para o agronegócio que compromete o trabalho, pois segundo Toledo (2012) o monocultivo de eucalipto requer mão-de-obra pequena e variável de força de trabalho (ESKINASI & SOUZA, 2013, p. 207).

Nessa perspectiva, em nome da modernização e ampliação do lucro a mão-de obra camponesa é substituída pela máquina (Santos, p. 9) exemplificada por Eskinasi & Souza (2013, p. 207) usa-se quatro trabalhadores por hectare enquanto na Fibria S.A utiliza-se um a cada 40 há/ e uma colheitadeira substitui 14 motosserristas.

Contrariando a imagem imposta pela mídia de que o agronegócio seria “fonte geradora de emprego e renda” (Aquino, 2013, p. 164) aumenta o desemprego na região em que se instala e pela falta de mão-de-obra qualificada emprega muitos de outras regiões (Joly, 2007, p. 273) servindo de estratégia para ocultar a intenção que se revela nas políticas de estímulo a essa monocultura como expõe Oliveira (p. 10) sobre o Pronaf¹³ Florestal:

(...) uma linha de crédito do PRONAF, específica para a atividade de Silvicultura, cujo objetivo é de levar os produtores familiares à prática da silvicultura e dos sistemas agroflorestais, localizados em áreas prioritárias do bioma Mata Atlântica. Objetiva ainda, recuperar áreas de preservação ambiental e estimular o reflorestamento com fins comerciais, visando à geração de emprego e o incremento da renda familiar por meio do uso múltiplo da pequena propriedade rural (...).

No mesmo caminho, Antunes (1999) aponta a terceirização e intensificação do trabalho como estratégia de aumento da produtividade e extração da mais-valia relativa como explica:

Há neste modelo uma dupla separação no processo produtivo: da produção e de seu controle, e da produção e do consumo. Se na economia camponesa há o controle da produção e, ainda que se comercialize o excedente, o objetivo principal da produção é o consumo e a reprodução familiar, no agronegócio há uma desantropomorfização do trabalho e a conversão do trabalhador em apêndice da máquina (apud, ESKINASI & SOUSA, 2013, P. 208).

Seguindo essa lógica, o agronegócio representado pela monocultura de eucalipto “garante a continuidade dos níveis de consumo nos países do Norte, em troca de mais plantações de eucalipto nos países do Sul” (Duarte, 2012, p. 25) mesmo que seja necessário transformar a estrutura econômica local como explica Luxemburg (1988:363):

O resultado geral da luta entre o capitalismo e a economia simples de mercado é este: o capital substitui a economia de mercado simples, depois desta ter substituído a economia natural. Se o capitalismo vive das formações e das estruturas não-capitalistas, vive mais precisamente da ruína dessas estruturas, e, se necessita de um meio não- capitalista para acumulação, necessita-o basicamente para realizar a acumulação, após tê-lo absorvido. (...) A condição vital da acumulação do capital é a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas. (apud, ESKINASI & SOUZA, 2013, P. 199).

De fato, a prática da silvicultura como meio de redução da devastação da mata nativa segundo Rodrigues (2015) “(...) não é compatível com a realidade dos moradores das regiões afetadas pelo plantio de eucalipto (...)”, tendo em vista que segundo Brito (2006) “esses moradores convivem com o desaparecimento, o assoreamento e o entupimento das nascentes dos rios após a implantação da monocultura do eucalipto (...)” (apud, RODRIGUES, 2015, P. 49).

¹³ Programa Nacional de Agricultura Familiar (*Ibid*).

Além do mais, segundo Faillace (1996) a indústria fabricante de papel e celulose é considerada pela FAO como a segunda mais poluente do mundo em que Zeni (1994) e Miranda (2008) descrevem os fatores:

(...) Os impactos ambientais desencadeados por este segmento industrial decorrem, dentre outros fatores: 1) dos gases exalados pelas chaminés das fábricas devido ao cozimento da madeira em soluções de sulfates ou sulfitos; 2) do alto consumo de água e energia exigido pela atividade, principalmente nos processos de descascamento (quando este é feito a úmido), lavagem, depuração, limpeza, e branqueamento da pasta celulósica; 3) dos efluentes líquidos lançados, sem tratamento, na natureza, em especial durante a etapa de branqueamento da celulose (apud, AQUINO, 2013, P. 124).

Apesar do impacto ambiental e social conforme revelado, a continuidade da ampliação do eucaliptal e consequentemente do lucro é iminente.

Segundo Rezende, Pereira & Botelho (2013) “Entre os anos de 2006 e 2010 foi significativa à expansão das áreas de monocultura de eucalipto no país, em decorrência de seu rápido crescimento, produtividade, vigor e adaptação a diferentes habitats (...)” (apud, Rodrigues, 2015, p. 48) revelando a prioridade do Estado brasileiro no projeto de desenvolvimento aliado à vontade do capital nacional privado conforme Aquino (2013, p. 126).

(...) o eucalipto foi escolhido em 1908 como matéria-prima para a confecção de dormentes para a CPEF¹⁴. A partir de 1909 a CPEF adquiriu terras, criou diversos hortos e iniciou o cultivo de eucalipto em escala comercial (MORA e GARCIA, 2000). Para Dias (2007) a experiência com o cultivo de eucalipto conduzido por Edmundo Navarro de Andrade¹⁵ marcou o início da silvicultura no Brasil.

A noção de sustentabilidade ligada à prática agroflorestal forjada pelas empresas e Estado (Oliveira, p. 7-8) é veiculada pela mídia que vulgariza essa falsa ideologia como mostra Almeida & Paulino (2011, p. 3):

Nesse início de milênio impressiona a perspicácia com que a mídia vem construindo o consenso a respeito do agronegócio, colocado como produto da grande propriedade capitalista e símbolo da modernidade a brindar o país. Essa blindagem, que visa anular ou colocar no limbo questionamentos, pode ser medida pelo estardalhaço em torno dos números recorrentemente divulgados sobre o setor (apud, SANTOS, P. 9).

Nessa construção ideológica para fins de mercado, Duarte (2012, p. 28) aponta como investimento futuro, a utilização da celulose como combustível permitindo as empresas um novo nicho de mercado e diversidade de investimentos, significando a continuidade da

¹⁴ Companhia Paulista de Estradas de Ferro – CPEF (Aquino, 2013, p. 125-126).

¹⁵ “Diretor do recém-criado departamento de serviço florestal da empresa CPEF, realizou uma pesquisa sobre espécies vegetais que melhor se adaptariam ao ambiente local, em substituição às florestas eliminadas devido a atividade cafeeira e ferroviária no estado de São Paulo” (Aquino, 2013, p. 126).

desestruturação e apropriação dos recursos naturais, as privatizações e concentração fundiária (FAILLACE, 1996b, apud, AQUINO, 2013, P. 151).

Revelando segundo Furtado (1974, p.68):

(...) a crescente hegemonia das grandes empresas, na orientação do processo de acumulação, traduz-se, no centro, por uma tendência à homogeneização dos padrões de consumo e, nas economias periféricas, por um distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população (apud, SANTOS, P. 5).

Portanto, sendo considerada injusta a conectividade entre países do Norte e Sul de acordo com Calazans (2008):

(...) dos países do Norte partem a tecnologia, as máquinas e o crédito para exportação, mas neles ficam os melhores empregos, o maior valor agregado, e o menor risco ambiental. Já dos países periféricos, partem a celulose e os produtos semi-elaborados, ficando os plantios comerciais de eucalipto, um número muito menor de empregos, e os inevitáveis impactos socioambientais (apud, DUARTE, 2012, P. 27).

Do mesmo modo que nos assusta leva-nos a entender as causas desse desenvolvimento incompleto, já que segundo Lefebvre (1991) “desenvolvimento é algo „organizado“, significado de distribuição de renda em parcelas iguais, em benefício do social, agregando condições para a população desenvolver o seu direito à cidade” (apud, SANTOS, P. 5).

Apesar da disparidade, os movimentos sociais resistem “(...) luta pela reforma agrária, a defesa da agroecologia familiar, a reparação das terras indígenas e dos quilombolas e a reconversão das áreas degradadas para Mata Atlântica (...)” (Shiva, 2003; Carrere, 2003, apud, Duarte, 2012, p. 29) embora “(...) A estatística do comércio exterior pode acabar, neste caso, por mascarar mazelas como a concentração fundiária, o êxodo rural, o desemprego e o aumento da violência no campo e na cidade” (JOLY, 2007, 274).

A guisa de conclusão, o capitalismo sobrevive da desigualdade não sendo possível sua reprodução a não ser pela exploração como explica Clemente (2011, p. 33) utilizando as palavras de Smith (1988, p. 16),

(...) o desenvolvimento desigual no espaço geográfico, ou seja, entre diferentes regiões, países, estados, bem como entre as distintas classes sociais, é inerente ao capitalismo. Para ele, “o desenvolvimento desigual é a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital”. Portanto, o pleno desenvolvimento não será alcançado sob o sistema capitalista, dado que os distintos níveis de desenvolvimento entre os países, regiões do planeta, entre as classes sociais, nunca serão superados enquanto este modo de produção for hegemônico, pois ele se assenta na competição, na exploração, o que resulta na contraditória geração de riqueza, de um lado, e pobreza do outro (apud, SANTOS, P. 5-6).

Diante da desestruturação socioambiental estimulada pela reestruturação do capital fundamentada na necessidade de competitividade no mercado internacional, torna-se relevante o estudo das transformações ocorridas no campo tendo em vista que:

“Morar é fundamental para o individuo desenvolver suas atividades em sociedade. Estar à margem disso significa estar à margem de um local fixo, onde possa criar identidades e construir relações sociais e econômicas com o bairro, a cidade e o município como um todo” (SANTOS, P. 10).

3.1 Reestruturação Produtiva no campo maranhense

A reestruturação no Maranhão ocorre na década de 1980 simultâneo a reestruturação no Brasil impulsionado pela difusão da ideologia de desenvolvimento de acordo com Cordeiro (2008, p. 32) operando “num primeiro momento o auto reconhecimento da condição de não desenvolvido” sendo previamente elaborado um “planejamento” para essa difusão conforme explica Escobar (2000, p. 214).

Em suma, o período entre 1900 a 1950 foi testemunha da introdução progressiva dessas formas de administração e controle da sociedade, do espaço urbano e da economia, que teriam como resultado, no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, essa construção gigantesca é o planejamento. Depois de normatizados, regulamentados e classificados, os indivíduos, as sociedades e as economias podem então ser submetidos à observação científica e ao bisturi de manipulação social do planejador [...] se é que o cientista social e o planejador obtiveram algum sucesso em predizer ou em fabricar mudanças sociais, foi justamente porque já tinham sido obtidas certas regularidades econômicas, culturais e sociais que davam aos esforços dos planejadores alguma possibilidade de sistematização e de consistência com a realidade (apud, CORDEIRO, 2008, P. 32).

Concebida a ideia de estado pertencente a um país subdesenvolvido e de forma inquestionável, o Governo do Maranhão opta pelo desenvolvimento da economia baseado na política de financiamento e incentivos fiscais dispostos a operar segundo a demanda externa (Cordeiro, 2008, p. 35-36) e de modo pactuado aderi ao Projeto Grande Carajás (PGC) implantado na Amazônia Oriental na mesma década „merecido“ pela abundância de energia e mão de obra, modificando relações sociais, políticas, econômicas e culturais (Azar, 2015), pois objetivava segundo Santos (2010):

(...) desenvolver o crescimento industrial; a siderurgia e, especialmente, a exploração mineral; ocupar o que se denominou de “espaços vazios”, substituindo a economia tradicional camponesa e indígena por uma economia de mercado; gerar riqueza, emprego e renda para tirar o país da crise e pagar a dívida externa; descentralizar a economia nacional (SANTOS, 2010, P. 23).

Assim, foram contemplados para ser modernizados os setores da indústria, pecuária e agricultura (Delgado, 2015, p. 51, apud, Azar, 2015) em oposição aos interesses das

comunidades que viviam nas terras tradicionalmente ocupadas, amparados pela falsa ideologia de “espaço vazio” ou “desocupado” (PERPETUA, 2016, P. 83).

Paralelamente houve a instalação de indústrias de ferro-gusa e ferro-ligas dentre elas conforme Ferreira (1982, p. 34) “Alunorte, Albrás, Alcoa, Alumar com perspectiva para 35 milhões de toneladas de minério por ano” (apud, Santos, 2010, p. 26) posteriormente no ano de 1992 há a introdução do monocultivo de eucalipto simultâneo a mineração com a CELMAR (Celulose do MA/SA) (Perpetua, 2016, p. 70) sendo imprescindível para o funcionamento das guseiras a produção de carvão através da madeira de eucalipto.

Anterior à introdução do eucalipto como função energética para a mineração e na fase inicial do PGC Santos (2010, p. 80 e 113) ressalta “o babaçu entrou na pauta de discussão para a produção de matéria-prima energética em benefício das siderúrgicas, com a finalidade de reduzir a pressão sobre a floresta nativa”, essa possibilidade foi posta em virtude do declínio da economia babaçueira no final da década de 1980 cujo motivo se verá mais adiante.

O Projeto Grande Carajás ainda previa segundo Sant’ana Júnior (2013) “florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira” garantindo infraestrutura e viabilidade econômica para a exploração e transporte do minério de ferro numa área de 900 mil km² englobando sudeste do Pará, Norte do Tocantins e sudoeste do Maranhão (apud, PERPETUA, 2016, P. 70).

Para manutenção dessa cadeia produtiva o agronegócio usurpa o discurso ambientalista como estratégia e mascara o modelo agrário/agrícola de base não sustentável, pois segundo Perpetua (2016, p. 87-88) “emprega pouca mão-de-bra, se reproduz em estrutura fundiária concentrada e não conforma um mercado local/regional” combinado com sua matriz tecnológica ressaltada por Azar (2015) “monocultivo, alta tecnologia e pouca força de trabalho”.

Considerada uma cultura agrícola a plantação de eucalipto não se encaixa como sendo de base florestal, pois segundo Vilela e Overbeek (2011) e La Torre (2013):

Ora, ainda que o aspecto paisagístico dessas áreas possa causar alguma confusão, elas não podem ser consideradas florestas na acepção biológica e ecológica desse termo, uma vez que florestas pressupõem biodiversidade, riqueza de estratificação vertical, interação com seus demais componentes e adaptações aos diferentes meios onde se desenvolvem, além de serem ambientes insubstituíveis em algumas de suas funções, como o balanço hídrico e a oferta de meios de subsistência para as populações que as habitam (apud, PERPETUA, 2016, P. 87).

Logo, os resultados desse empreendimento na Amazônia Oriental apesar da proposta de contemplar a geração de renda aos trabalhadores através de parceria entre pequenos produtores e siderúrgicas apresentou dois problemas segundo Santos (2010, p. 65-66) concentração de terras/devastação em escala ampliada e enfraquecimento da luta por reforma agrária e abandono da produção de alimentos.

De acordo com Porry citado por Bracelpa (2013) o Brasil em relação a outros países possui a menor área plantada significando que o tempo de rotação é maior garantindo a liderança absoluta no quesito produtividade justificando a especialização produtiva de celulose¹⁶ (apud, Perpetua, 2016, p. 82) em suma produz-se muito em pouco tempo devido às condições geomorfológicas e edafoclimáticas¹⁷.

Segundo Gonçalves (1986, p. 83) foram destinados 90 milhões de hectares ao PGC (apud, Santos, 2010, p. 25) envolvendo “das caatingas do Nordeste à floresta amazônica, passando pelo planalto central brasileiro e tem, no seu interior, vários rios importantes para o funcionamento das atividades do programa” ratificando as palavras de Perpetua (2016, p. 86) a competição elevada no mercado mundial justifica o tamanho dos empreendimentos impondo crescente escala de produção e aumento da produtividade.

Num contexto em que a produção é regulada pelo mercado e o latifúndio é reconfigurado pela prática do agronegócio (Azar, 2015) “(...) as ações governamentais estatais, são operacionalizadas sem o reconhecimento das distintas historicidades das identidades coletivas e dos diferentes processos de territorialização” (Cordeiro, 2008, p. 91) evidenciando o favorecimento para a política macroeconômica.

De modo a prever, sobre a atuação do PGC “Nem todas as ações planejadas deram certo, especialmente no que se refere à geração de renda e à melhoria das condições de vida da população regional (...)” (Santos, 2010, p. 28) suscitando consequências em todas as dimensões da vida humana como descreve Azar (2015):

(...) Ambientalmente, tem afetado fauna, flora e pessoas, com o uso de agroquímicos; socialmente, têm provocado grandes e intensos conflitos com famílias que vivem no campo, como as assentadas, ribeirinhas, comunidades quilombolas, extrativistas e indígenas, em torno das disputas entre os diferentes modelos produtivos. Em termos culturais tem estimulado práticas produtivas que alteram tradicionais formas de relação dos camponeses com a terra.

¹⁶ Enquanto a Escandinávia precisa de 720 mil hectares para se tornar competitiva no mercado internacional e de 300 mil hectares a Península Ibérica, o Brasil precisa apenas de 100 mil hectares para ser competitivo. *Ibid.*

¹⁷ Corresponde ao tipo e composição química dos solos, tipo de clima predominante, disponibilidade hídrica, níveis de radiação solar *Ibid.*

Deste ponto em diante pretendemos entender a formação socioeconômica do Maranhão anterior à década de 1980 bem como as consequências durante e posterior à implantação do Projeto Grande Carajás como resultado da reestruturação e desestruturação do campesinato maranhense.

De modo orquestrado, mesmo antes da implantação do PGC foram criadas pelo governo Superintendências visando o desenvolvimento econômico da região Amazônica¹⁸ (1953); do Nordeste¹⁹ (1959) e do Maranhão²⁰ (1967) e em 1989 remodeladas a estrutura estatal através do “aparato burocrático-institucional” com a integração, por exemplo, do IBAMA ao Ministério do Meio Ambiente, e a estrutura civil Cordeiro (2008, p. 21, 37) como se segue:

Comissão Pastoral da Terra – CPT, Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos – SMDDH, Cáritas Brasileira, Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ameaçadas até mesmo pelo corte de financiamento internacional por ausência e linhas de financiamento focadas no antigo formato de conflito agrário.

Segundo o mesmo autor, as organizações citadas acima “se ocupam em monitorar e executar as políticas públicas e capacitar o „público-alvo” para ocupar os espaços de gestão descentralizada do Estado”.

A desestruturação precedida pela reestruturação se apresenta no campo maranhense durante a implantação do Programa Grande Carajás (PGC) de forma intensa através do agronegócio reorganizado conforme Azar (2015):

(...) quando se fala em agronegócio no Maranhão, fala-se na produção agropecuária propriamente dita, mas também nas várias atividades de industrialização que se encontram estreitamente relacionadas ao setor. Ou seja, aqui, a indústria e o agronegócio se articulam de forma intrínseca e complementar, sendo que ao tratar-se de um, não se exclui o outro. Então, ao processamento feito de minério feito nas guseiras, imprescindível é o carvão vegetal produzido nas carvoarias, com a madeira resultante dos monocultivos do eucalipto.

Visando a ampliação para sua reprodução, o agronegócio faz uso estratégico de expressões “sustentabilidade”, “responsabilidade social”, “parceria no desenvolvimento regional” (Perpetua, 2016, p. 86) para implantar seus projetos e se tratando do PGC a fase inicial correspondeu a infra-estrutura financiada pelo governo brasileiro conforme descrito por Santos (2010, p. 23):

¹⁸ Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVA) *Ibid*

¹⁹ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) *Ibid*

²⁰ Comissão de Planejamento Econômico do Estado do Maranhão – COPEMA substituída pela SUDEMA Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão criada na gestão do Governador José Sarney (1996-

(...) rodovias transamazônica e Belém- Brasília, além de outras quatro menores; Estrada de Ferro Carajás – EFC, ferrovia que liga a Serra dos Carajás, no Pará, a São Luís, no Maranhão, num percurso de quase 900 quilômetros; dois portos marítimos, o de Itaqui e ponta da Madeira na capital maranhense; um porto fluvial em Barcarena no Pará e uma usina hidrelétrica em Tucuruí.

O resultado ²¹ desses empreendimentos foi a aplicação da Lei de Terras Sarney de 1969 em que “milhões de hectares de terras públicas ou devolutas passariam às mãos de proprietários e empresas privadas, sendo seus ocupantes sumariamente expulsos ou exterminados” (Perpetua, 2016, p. 70) segundo Santos (2010, p. 66) os mais de 900 mil km² de terras destinadas ao PGC estavam habitadas por “indígenas e camponeses” ocasionando mudanças sociais, dentre elas as migrações para Marabá, Tucuruí, Imperatriz e Açailândia envolvidas no Projeto.

A Lei Sarney de 1969 significou para camponeses e extrativistas um dos maiores problemas a ser enfrentado como explica Santos (2010, p. 91):

Seu principal objetivo foi beneficiar grupos poderosos recém chegados ao estado do Maranhão [...] para isso, contaram com o apoio de incentivos fiscais e empréstimos a juros baixos. Por outro lado, uma grande quantidade de trabalhadores rurais não se beneficiou com um apoio necessário á realização de suas atividades econômicas”. (SANTOS, 2008, p. 32). A maioria dos estudos em relação a Lei Sarney aponta para um divisor de águas na vida dos camponeses e quebradeiras de coco no estado, isso pelo fato de sua concepção estar pautada na grande propriedade, com pouca ou nenhuma atenção aos pequenos proprietários.

Segundo Moura (*et al*, 2014, p. 138) Nesse cenário em que a lei de terras Sarney determinava as condições dessa relação, os agroextrativistas ficaram sujeitos a toda sorte de exploração legitimada através de contratos formais. Além da baixa remuneração, sofriam falsas acusações de depredação de benfeitorias, sacrifício de animais e por roubos diversos, recorrendo ao sistema usurário de crédito sofrendo também a apropriação da produção agrícola. Por outro lado, os latifundiários não detinham escritura da terra, considerava como sua por mera aparência de ser proprietário.

²¹ “Surgiu um intenso ponto de tensão com parte das populações locais, pois uma fração já habitava essas terras há vários anos ou décadas, sem o reconhecimento do Estado. A maior parcela chegou à região por um processo migratório espontâneo, sem a tutela direta do governo. A falta de trabalho para muitas famílias extrativistas, juntamente com a falta de suporte e financeiro para a economia empresarial do babaçu, ocasionaram mudanças sociais significativas. Vários problemas de ordem social e ambiental decorreram disso e um expressivo processo de grilagem ocorreu a partir desse momento. Esse processo de redução do acesso à terra ocorre num momento em que o Mearim já havia recebido um contingente bastante expressivo de migrantes, desencadeando inevitáveis problemas sociais. Além do mais, com a implantação de grandes fazendas ou projetos agropecuários, teve início uma devastação em grande escala nas áreas de babaçuais. A derrubada das palmeiras agravou mais ainda a situação de milhares de quebradeiras de coco, o que levou muitas delas a buscar estratégias de preservação do fruto” (SANTOS, 2010, P. 92).

De fato, essa lei foi um “divisor de águas” para os camponeses considerando o histórico do Maranhão em relação aos avanços econômico extrativista/industrial da região antes da implantação do PGC combinado com a Lei Sarney que expropriou e as estimulou as migrações.

No período colonial século XVII, a economia do Maranhão destinava-se ao fornecimento de produtos primários, algodão e cana de açúcar (Azar, 2015) e após a abolição da escravatura para a pecuária extensiva (Almeida, 1995, p.27, apud, Santos, 2010, p.82) e simultaneamente ao advento da primeira guerra mundial (1914-1918) a produção de óleo babaçu ascende em escala nacional e internacional segundo Cordeiro (2008, p. 27).

Nesse contexto, Amaral Filho (1980, p.25) observa que o interesse externo pelo babaçu e da indústria maranhense em se adequar para a exportação motivou-se pela crise externa dos países envolvidos na guerra e a crise algodoeira no Brasil, sobre essa fase o autor explica:

(...) Os proprietários de terra nas quais incidiam florestas de babaçuais passam a valorizar economicamente a cobertura vegetal e as próprias famílias de agroextrativistas, moradoras dessas propriedades e posseiros de terras devolutas, voltam uma parcela significativa da força de trabalho de seus membros para a atividade extrativa. Como consequência, os grandes proprietários instituem o pagamento de renda fundiária, o foro e o arrendamento, como condição de permanência das famílias em áreas privatizadas e a repartição sobre a exploração do coco, a meia (apud, CORDEIRO, 2008, P. 28).

Tal citação corrobora com as palavras de Santos (2010, p. 67) os conflitos já existia antes do Programa Grande Carajás e na década de 1980 eles apenas se intensificariam, pois muito antes suas bases já haviam sido estabelecidas na forma de leis que garantiam a concessão de terras, que Amaral Filho (1980) continua a demonstrar:

Lei nº. 299, de 16 de abril de 1901, art. 1º Fica o governador do Estado auctorizado a aforar terras devolutas mediante as seguintes condições: a) prazo maximo de 20 anos; b) pagamento de foro de 50 réis por hectare para as terras destinadas a mineração, de 20 réis por hectare para os campos de crear “ (sic). Regulamentava ainda a lei que os as (ver o artigo) explorações bem sucedidas em cinco anos seriam premiadas com a concessão gratuita das terras, num limite de até 500 ha. Leis posteriores, como as Leis nº. 539 e 548, ambas de 1910, autorizavam a venda de terras devolutas, além dos aforamentos, a pessoas físicas e jurídicas com objetivo no cultivo, exploração de recursos naturais e criação de rebanhos. Daí sucede com mais intensidade a incorporação de terras consideradas devolutas pelo Estado e a venda e concessão a grupos empresariais e projetos de colonização (apud, CORDEIRO, 2008, P. 28).

Confirmando as palavras de Amaral Filho (1980, p. 25) logo à cima, nos anos 1930 o Maranhão produziu quase 16 mil toneladas de amêndoas/ mais de 67% do volume nacional (Ayres Júnior, 2007) justificando a construção da ferrovia para interligar o Maranhão ao

Piauí, especificamente São Luís à Teresina, visando reaquecer o comércio agrícola e escoamento do babaçu (Campo, 2008), (AYRES JÚNIOR, 2007, P. 43; CAMPO, 2008, P.16; apud, SANTOS, 2010, P. 76 E 84).

Entretanto, após desfrutar ascensão na década de 1950 pela exportação exclusiva aos Estados Unidos (Shiraishi Neto, 2003) a reestruturação e recuperação das economias pós-segunda Guerra Mundial levou o Brasil a perder espaço para o óleo de palmiste no mercado internacional e para óleo de soja no mercado nacional (apud, SANTOS, 2010, P. 85-86) sendo definitivo no início da década de 1990.

Destaca-se a formação da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (CMBEU) entre 1951 e 1953, formada em sua maioria por norte americanos com a função de verificar e apontar projetos de investimentos prioritários a ser financiados pelo Banco Mundial (Cordeiro, 2008, p. 32, 34-35) e a Comissão do Planejamento Econômico do Estado do Maranhão (COPEMA) em 1958 servindo como mediador do capital, pois:

A COPEMA, além de cumprir o papel de sinalizar a aliança do poder local ao nacional, representou uma reestruturação dos órgãos públicos locais de acordo com a nova vocação regional. Contando com a presença contínua dos técnicos da equipe de governo de Juscelino Kubitschek, por sua vez “auxiliado” pela CMBEU, e com as dotações financeiras para desenvolvimento da Amazônia, os estudos da referida COPEMA vão efetivar a nova especialidade atribuída ao Maranhão, criando órgãos como a Secretaria de Agricultura, de Viação e Obras Públicas, as Centrais Elétricas do Maranhão – CEMAR – e o Instituto Maranhense do Arroz, além de outros destinados à “urbanização” da capital, São Luís.

Vê-se claramente que antes da desestruturação propriamente das formas de vida das populações o capital reestrutura o Estado para facilitar sua expansão, portanto, antecedendo o declínio da economia de babaçu, a região do Médio Mearim onde se concentra a maior parte dos babaçuais, entre 1950 e 1960 fora descrita por Santos (2010, p. 91) como:

(...) lugar acolhedor dos que não dispunham de muitas oportunidades de sobrevivência, oferecendo terra fértil, clima propício ao desenvolvimento da agricultura, rios abundantes e florestas babaçueira sem fim, a partir do final da década de 1960 a situação começou a se agravar, após a inauguração de um período longo de exclusão e conflitos sociais.

O longo período sem conflitos explica-se pela relação de dependência e exploração em 1920 dos fazendeiros sobre as famílias extrativistas pretendendo manter a cadeia produtiva de babaçu em funcionamento (Cordeiro, 2008, p. 29).

Durante as décadas de 1970 a 1985 os empreendimentos estatais tiveram como foco a pecuária intensiva e agricultura mecanizada e num cenário de expropriação e migração ocorreu a formação sócio-espacial do campo maranhense, segundo Orlando Valverde (1957,

p. 13) através das fazendas de gado bovino (apud, Perpetua, 2016, p.69) pelos nordestinos migrantes que fugiam da seca e da pressão do latifúndio, estes impulsionaram as frentes de expansão nos anos de 1920 a 1970 (Cordeiro, 2008, p. 4446).

Com a privatização de boa parte das terras e o crescimento da pecuária precedido pela “dificuldade de fornecimento regular da matéria-prima, instabilidade na coleta do coco devido à concentração fundiária e falta de investimentos tecnológicos” a economia babaçueira declinaria no final da década de 1980 (SANTOS, 2010, p. 76-77).

Este é o cenário de rejeição das especificidades locais no Maranhão em função do projeto de desenvolvimento nacional combinado com o internacional e que continua com a implantação do PGC, conforme se segue.

Por possuir localização atraente devido às faixas de transição da Mata dos Cocais para a Floresta Amazônica a Noroeste e Sudoeste (Perpetua, 2016, p. 68), foram inseridos no PGC 131 municípios maranhenses com 95% de seus territórios (Queiroz Filho, 1988, p. 3, apud, Santos, 2010, p. 24), visto que segundo Cordeiro (2008, p. 45) estava inserido dentro da “integração e desenvolvimento nacional como fonte de terras agricultáveis e disponíveis”.

Com elevada abrangência geográfica, a distribuição dos projetos econômicos do PGC no Maranhão teve como matriz tecnológica além de grandes extensões de terra, segundo Azar (2015) tecnologia informatizada, adoção de pouca força de trabalho e produção de mercadorias para o comércio exterior, estando totalmente em consonância com a política de acumulação flexível e em desacordo com o modo de produção campesina, visto que segundo Almeida e Mourão (1976, p. 4-5) a unidade produtiva presente no campesinato maranhense tem como base o trabalho familiar (apud, CORDEIRO, 2008, P. 19).

O estado possui segundo Duarte (2008b) mais de 10 milhões de hectares de floresta de babaçu sendo a maior parte na Microrregião do Médio Mearim com estimativa que mais de 300 mil quebradeiras de coco sobrevivam da atividade extrativa (apud, Santos, 2010, p. 73, 88) embora, a quantidade de famílias ameaçadas na microrregião de Imperatriz pela expansão do eucalipto segundo dados do INCRA seja de: 5.554 famílias distribuídas em 56 assentamentos (INCRA, apud, Perpetua, 2016, p. 73-74).

Em Imperatriz o agronegócio apresentou-se em 2013, através da Companhia Suzano Papel e Celulose com o argumento de recuperação de áreas improdutivas e degradadas pela pecuária extensiva (Perpetua, 2016, p. 70-72), além disso, a empresa se estabeleceu no

município de Açailândia entre 2003 e 2004 tendo o valor aumentado do ferro-gusa no mercado internacional em 50% estimulando a produção de carvão na região (apud, SANTOS, 2010, P. 114).

Como dito anteriormente e demonstrado, o PGC intensificou os conflitos em torno da terra levando trabalhadores e quebradeiras de coco do Médio Mearim a se organizarem ainda na década de 1980 para reagir ao modelo social imposto (Santos, 2010, p. 103) as quebradeiras de coco para Josoaldo Rego e Maristela de Paula Andrade (2006) “trata-se de um grupo de mulheres camponesas marcado, sobretudo, pelo significado do uso do território e por formas particulares de organização” (apud, PERPETUA, 2016, p. 73).

E mais, “(...) agrega identidades variadas, a exemplo de professoras, lavradoras e até mesmo carvoeiras” (Santos, 2010, p. 105) e de acordo com Cordeiro (2008, p. 92) desde a década de 1990 as quebradeiras do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins reivindicam através do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB temas comuns a outros movimentos como reforma agrária e de modo específico:

(...) infra-estrutura, geração de renda, reforma agrária, tecnologia para o aproveitamento sustentável do babaçu, organização do processo gerencial, sustentabilidade política e financeira, gênero e etnia, formação e capacitação, lei do babaçu livre, trabalho infantil em áreas do babaçu, comunicação e informação, políticas públicas (MIQCB, 2005).

Segundo Bezerra (1999, p. 40) “O babaçu é uma planta típica da região de transição entre o cerrado, a mata amazônica e o semi-árido nordestino, ocorrendo principalmente em zonas de várzea, vales de rios e, eventualmente, pequenas colinas” (apud, SANTOS, 2010, P. 72-73) tido como um meio de sobrevivência das famílias desprovidas de renda e terra após a abolição da escravatura “os negros se envolveram em serviços braçais e venda de produtos artesanais feitos com a palha do babaçu e do seu fruto para produção de óleo comestível”.

Em resposta as reivindicações das quebradeiras de coco organizadas o governo federal criou em 1992 quatro reservas extrativistas de coco babaçu, sendo três delas no Maranhão e uma no Tocantins, sobre isto Lorio (2001) comenta:

O decreto de criação das reservas extrativistas não garantiu a resolução dos problemas em relação à produção e comercialização do babaçu. A mais conhecida está no Maranhão, a reserva do Ciriaco, no município de Cidelândia, a cerca de 70 quilômetros de Imperatriz, seguida da outra no Tocantins, município de Carrasco Bonito. Mata Grande, pelo menos até o ano de 2008, ainda esperava resolver problemas de ordem burocrática, para de fato ser efetivada. Frexal, apesar de ser registrada como reserva extrativista, tem características diferentes, por estar em uma área quilombola. Apesar dos diversos problemas, a criação dessas reservas significou um avanço na consolidação de alguns projetos das quebradeiras de coco (apud, SANTOS, 2010, P. 108).

Nessa situação de imobilidade produtiva extrativista em que se encontram os sobreviventes nas reservas, Cordeiro (2008, p. 91-92) apresenta mais um problema:

As Reservas Extrativistas criadas pelo governo federal abrangem menos de 37 mil hectares de área de babaçual. A área que o MIQCB reconhece como passível de preservação e uso de babaçuais nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins é de 18 milhões de hectares. Cabe lembrar que a ideia de um território do babaçu coincide com atos políticos de instituição, muitas das vezes sem referência a critérios geográficos ou jurídicos.

Significando o avanço do agronegócio, quando legítimo retorna os impactos em ações sociais e ambientais apenas pelo acordo feito com o Poder Público no momento do licenciamento do empreendimento (Perpetua, 2016, p. 86) nesse sentido Chartier (2002, p. 17) reflete “As lutas de representação tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (apud, SANTOS, 2010, P. 105-106).

De todo modo, a frase “o futuro é incerto” não se aplica aos efeitos previstos pela expansão do agronegócio como parte do Programa Grande Carajás e em se tratando do Estado as medidas adotadas para “ajudar” os afetados por essa expansão são contraditórias como segue abaixo, por exemplo.

A saída prevista pelo governo para diminuir o impacto ambiental provocado pela pecuária intensiva foi legalizar o reflorestamento para a produção de carvão conforme explicado por Santos (2010, p. 114):

A legislação obriga o reflorestamento para a produção de carvão, o aproveitamento de resíduos industriais madeireiros ou qualquer outra forma renovável que não diminua a floresta nativa. Dessa maneira, a compra do carvão de babaçu apresenta-se como alternativa para a indústria siderúrgica. Por outro lado essa entrada aconteceu de forma diferente do que o movimento das quebradeiras aspirava: a fabricação de carvão a partir da casca do coco ou do fruto inaproveitável e não na sua forma integral, com desperdício de todo o resto do fruto.

Entretanto, o reflorestamento para a produção de carvão através do plantio de eucalipto que não é árvore, mas cultura agrícola demonstra a expertise do capital com o apoio governo e jurídico, ao conseguir distanciar o extrativista/camponês de sua prática pela queima do coco inteiro (Cordeiro, 2008, p. 43) através da “parceria” entre pequenos produtores e siderúrgicas conforme Santos (2010, p. 65) acarretando em concentração de terras e devastação ampliada, conflitos por terra e por lenha e no enfraquecimento da luta por reforma agrária pela substituição da produção de alimentos.

Além do mais, a produção de carvão vegetal a partir do eucalipto para minerosiderurgia emite fumaça sem qualquer tratamento e a pulverização aérea de inseticidas compromete os lençóis freáticos e o eucalipto considerado “deserto verde” traz limitação à biodiversidade como explica Monteiro & Scalioni (2007):

A biodiversidade fica limitada, pois poucas espécies conseguem se desenvolver ao redor do eucalipto. Parte desse efeito se deve à grande capacidade do eucalipto de absorção de água do solo, o que causa um ambiente mais seco. Isso gera grande impacto ecológico e até mesmo estético. (MONTEIRO & SCALIONI, 2007, P. 07, apud, AZAR, 2015).

Em termos ecológicos considera-se suficiente o alerta feito por Winnie Oberbeek (2011, p.188):

É importante salientar que plantar eucaliptos ou árvores nativas e/ ou preservar áreas de florestas nativas não resulta em nenhuma contribuição de longo prazo para esfriar o planeta. Árvores em crescimento garantem apenas uma absorção temporária de carbono (CO₂) da atmosfera. Quando, no caso dos eucaliptos, as árvores são cortadas depois de 6-7 anos, transformadas em celulose e, mais tarde, em papéis, sobretudo descartáveis que virarão lixo, o carbono “armazenado” é novamente liberado. [...] Isto resulta em um aumento líquido da quantidade de carbono em circulação entre atmosfera, biosfera e o solo, aprofundando, ainda mais, a crise climática (apud, PERPETUA, 2016, P. 85).

Outro exemplo incompleto de benefícios à população afetadas pelo agronegócio é a dificuldade de aprovação da “Lei Babaçu Livre” a nível nacional, pois segundo Santos (2010, p. 110):

Uma lei em tramitação no Congresso Nacional polariza a discussão entre os deputados que são contra, por entenderem a propriedade privada como um direito inviolável, e os que são a favor, por entenderem outros direitos sociais como situados acima do primeiro.

O motivo dessa polarização é clarificado por Azar (2015):

Fundamental nessa articulação política é a organização da representação dos interesses patronais do latifúndio transmutado em agronegócio nas instâncias deliberativas nacionais, a exemplo dos lobistas e da bancada ruralista na Câmara e no Senado Federal... Outro setor importante é o judiciário, que tem em sua composição grandes aliados do agronegócio, mantendo, muitas vezes, uma relação orgânica, pois em muitas situações magistrados assumem a condição de fazendeiros. (...) Outro viés dessa articulação encontra-se no poder econômico constituído através das associações com grupos e corporações empresariais do setor, grupos que comandam a produção de *commodities* agrícolas pelo mundo a fora. O controle da produção agropecuária passa, dentre outras coisas, pela produção das sementes, produção e distribuição de insumos, maquinário e tipo de produto.

Apesar de ter sido aprovada em 11 municípios da área de atuação do MIQCB “seis no Maranhão, dois do Pará, dois do Tocantins e um do Piauí” (Antunes, 2006, p. 139, apud, SANTOS, 2010, P. 109-110).

A Lei Babaçu Livre serviu mais como um símbolo de conquista do que uma realidade substancial de acesso à floresta, pois segundo o MIQCB (2004b, p. 10-11) “Algumas pesquisas mostram que menos de 15% das quebradeiras de coco são proprietárias de terras, mais de 37% assentadas, acima de 33% sem terra e 10% parceiras; apontando ainda que 41% do coco estão inacessíveis, por donos de terras, às quebradeiras de coco” (apud, SANTOS, 2010, P. 111) e segundo Almeida (2000, p. 44) 82% das quebradeiras trabalham em terras alheias (SANTOS, 2010, P. 111).

Além da necessidade de vasta extensão de terras para garantir a competitividade no mercado internacional, o PGC “secundarizou as especificidades locais, sociais e ambientais” e excluiu grupos sociais considerados “incapazes” de oferecer mão-de-obra qualificada (Santos, 2010, p. 29-30) foram poucos os adaptados e outros não se adequaram as mudanças econômica, social e cultural do programa, como descreve o autor:

Para os menos adaptados, restou a exclusão em escala mais ampliada, muitos perderam a terra e passaram a depender unicamente do emprego. Esse trabalhador ou trabalhadora teve que reaprender a viver de maneira consideravelmente diferente da forma que sua cultura o ensinara. A vida de maior pobreza e seguidas migrações criou um novo habitus nas gerações posteriores, em que o homem se distancia cada vez mais do conhecimento profundo da agricultura, ao mesmo tempo em que não tem condições de um aperfeiçoamento técnico que pudesse lhe garantir emprego com estabilidade suficiente para sustentar a família com a mesma tranquilidade.

A migração é a alternativa mais comum adotada pelo campesinato como meio de continuidade de reprodução social e conforme Silva (2011, p. 19):

Atualmente, estes migrantes podem ser encontrados em todas as regiões do país, constituindo a classe camponesa expropriada de suas condições de trabalho e da própria terra pela dinâmica contemporânea, cujas expressões podem ser percebidas nas questões apresentadas pelos quilombolas, sem terra, indígenas, caiçaras, extrativistas. (apud, AZAR, 2015).

Segundo Alvim (2017, p. 100)

(...) a luta pela terra tem traços definidos pelos pobres do campo, pelos processos migratórios provocados pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. Esse ir e vir na região em busca de um lugar de moradia e trabalho está presente na memória da população que está na cidade e ainda mantém relações com o trabalho no campo.

O reflexo da migração contribui segundo a mesma autora para uma “urbanização desordenada” expondo os migrantes ao desemprego, trabalho informal e condições escassas de sobrevivência e no que se refere à mão-de-obra local no caso dos empreendimentos de eucalipto Perpetua (2016, p. 264-265) comenta:

(...) constatou-se a tendência à contratação de mão de obra local nas atividades mais precárias e mal remuneradas, com destaque para os cargos mais baixos do primeiro momento (monocultivo arbóreo) (...) ocupados por trabalhadores residentes em assentamentos rurais – e por outro lado, à ocupação dos cargos mais altos, seja na

parte agrícola, na planta industrial e/ ou no setor administrativo, por trabalhadores migrantes qualificados e com experiência profissional prévia nestas funções em outras localidades.

Entende-se o desemprego e precarização do trabalho para a população local onde os grandes empreendimentos se instalam como sendo parte do modelo de reestruturação do capital fundamentado na acumulação flexível.

De acordo com Alves (2011b; 2014, apud, Perpetua, 2016, p. 278) o fenômeno da flexibilização ligada ao trabalho relaciona-se com “(...) a flexibilização da contratação, a flexibilização da jornada e a flexibilização da remuneração” e Perpetua (2016, p. 283) entende que a terceirização seja uma forma de controle do trabalho pelo capital como explica:

(...) a terceirização possui uma dimensão territorial definida pela superposição de níveis escalonados de hierarquia e controle entre a empresa mãe e as subcontratadas, a qual, cremos, está na base de outros elementos da precarização e, por conseguinte, da imposição de riscos e agravos à saúde dos sujeitos que trabalham. Ao terceirizar, a empresa-mãe transfere a responsabilidade pelos trabalhadores subcontratadas, pagando agora não mais pela produção, mas por um serviço, e impondo às “parceiras” metas superdimensionadas de fornecimento que devem ser cumpridas seguindo orientações precisas quanto aos padrões de qualidade do produto, meio ambiente e trabalho. Objetivando vencer a concorrência, fechar e manter os contratos, as prestadoras de serviço subcontratadas no campo, por sua vez, procura intensificar a produção e reduzir cada vez mais os custos, amplificando as exigências e rebaixando ao extremo as condições de trabalho.

Sobre a remuneração do trabalhador terceirizado e contratado, há diferenças:

A questão salarial muda, porque o terceiro [tem] o salário um pouco menor e o benefício já não tem; o próprio já entra um salário um pouco maior e o benefício já é bem melhor: questão de *ticket* alimentação, plano de saúde, creche, auxílio filho excepcional, auxílio farmácia [...]. Na verdade, o próprio, muita gente que trabalha dentro que é terceiro quer passar para próprio, porque sabe que é melhor. Inclusive até a jornada de trabalho: o terceiro trabalha às vezes até doze horas seguidas, o próprio não, é turno de oito horas, o tempo de folga é maior (INFORMAÇÃO VERBAL, 2014, apud, PERPETUA, 2016, P. 282).

De fato, a reestruturação produtiva ocorrida no Brasil e no Maranhão incidiu em formas perversas de desestruturação socioeconômica dos municípios e do modo de vida das populações tradicionais envolvidas no Programa Grande Carajás na década de 1980, resultando em expropriação, migração, modificação nas formas de uso da terra e exploração da força de trabalho, dentre mais.

Diante do exposto, a meta do capital em solo maranhense é o monopólio da terra seja de forma direta ou indireta, como meio de garantir a competitividade no mercado internacional amparado na exploração do trabalho, nesse sentido o capital ao mesmo tempo em que necessita do homem o invisibiliza diante da lógica de acumulação, conforme Marx (2009, p. 68) “(...) O tempo é tudo, o homem não é nada – quando muito, é a carcaça do

tempo... A quantidade é tudo: hora por hora, jornada por jornada” (apud, PERPETUA, 2016, P. 285).

4. FORMAÇÃO TERRITORIAL DA RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO

Neste capítulo pretendemos acessar e reconstruir a história da resex Ciriaco a partir da transição de assentamento para reserva extrativista à luz da fala de entrevistados e informações contidas no levantamento socioeconômico do ano 2000 e do plano de manejo realizado em 2011, a fim de compreender o processo de desestruturação produtiva de coco babaçu encadeado pela reestruturação do capital mundial na década de 1980.

Num cenário de expropriação e migração anterior ao Programa Grande Carajás (PGC) na década de 1980, ocorre a formação sócio-espacial do território maranhense (Orlando Valverde, 1957, p. 13, apud, Perpetua, 2016, p. 69) estimulada pela pecuária intensiva e nesse contexto há a formação socioespacial do assentamento Ciriaco na década de 1950 chefiado pelo Sr. José Ciriaco conforme descrito por Vanusa Babaçu²²:

A Reserva Extrativista Ciriaco é uma comunidade de povos tradicionais, situada há 15 km de Cidelândia, MA. Composta por trabalhadores e trabalhadoras rurais, que emergiu em meados da década de 50 com a chegada do seu pioneiro morador, o Sr. José Ciriaco, migrante piauiense que chegou ao oeste maranhense em busca de terras para trabalho. Emergindo ali um povoado que em 1992 passa a ser conhecido como RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO. Uma unidade de conservação ambiental (VANUSA BABAÇU, 01/01/2010).

O deslocamento das famílias expropriadas e desagregadas de suas terras foi motivado em função da seca e da pressão do latifúndio entre os anos 1920 e 1970 que impulsionou às frentes de expansão em que estes passaram a assumir a figura de arrendatário, sitiante ou posseiro (CORDEIRO, 2008, P. 44-46).

Diante desse cenário, nas décadas de 1960 e 1980 a região em que se encontra a reserva do Ciriaco foi marcada por “grilagem de terras, desmatamento para expansão da pecuária, expropriação campesina e indígena, fraca presença de órgãos governamentais do Estado e atração de empresas privadas para realização de atividades agrícolas” (Plano de Manejo, 2011, p. 92).

Em década posterior, a atual reserva anteriormente assentamento teve como principal figura na transição o Sr. Manoel da Conceição²³ que no ano de 1992 viajou até a cidade de

²² Acesso dia 21/11/2018 às 23h35 <http://fotorealidade.blogspot.com/2010/01/reserva-estrativista-dociriaco.html>.

²³ “(...) camponês maranhense e um dos maiores articuladores da luta camponesa em resistência ao regime militar no país. Começou organizando o sindicato de trabalhadores rurais no vale do Pindaré-Mirim, no Maranhão, posteriormente contribuiu na organização de entidades importantes no cenário nacional como a Central Única dos Trabalhadores – CUT, o Partido dos Trabalhadores – PT e o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU. Por suas ações foi perseguido, preso e torturado na ditadura militar. No exílio

São Luís- Ma para participar de um seminário sobre Reforma Agrária. Chegando lá e sabendo que o governo objetivava criar Reservas Extrativistas semelhante ao que estava ocorrendo no Acre, solicitou junto ao representante do CNPT (Conselho Nacional de Populações Tradicionais) uma verificação da área de babaçuais na região maranhense segundo relato da Sra. Joana (ENTREVISTA, SRA. JOANA, CENTRU, 01/06/2016).

Atendendo ao pedido solicitado e constatado a vastidão de palmeiras de babaçu na região, no mesmo ano o então Presidente da República Fernando Collor de Mello assinou o Decreto 534 de 20 de Maio de 1992 de desapropriação de duas reservas: Ciriaco e Mata Grande.

Anterior a esse acontecimento, a Reserva Extrativista do Povoado Ciriaco obteve alguns avanços como resultado das intervenções políticas das organizações estaduais atuantes na garantia e proteção da palmeira do babaçu como da continuidade da cultura extrativista, a exemplo da aprovação da Lei do Babaçu Livre em 11 municípios (ANTUNES, 2006, P. 139, apud, SANTOS, 2010, P. 109-110).

Como reserva extrativista e unidade de conservação, conforme Art. 18 da lei nº 9.985/2000, seu objetivo pretende proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais extrativistas e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Através do extrativismo, se visa assim, garantir a subsistência complementar da agricultura de subsistência incluindo a criação de animais de pequeno porte. (LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO, 2000).

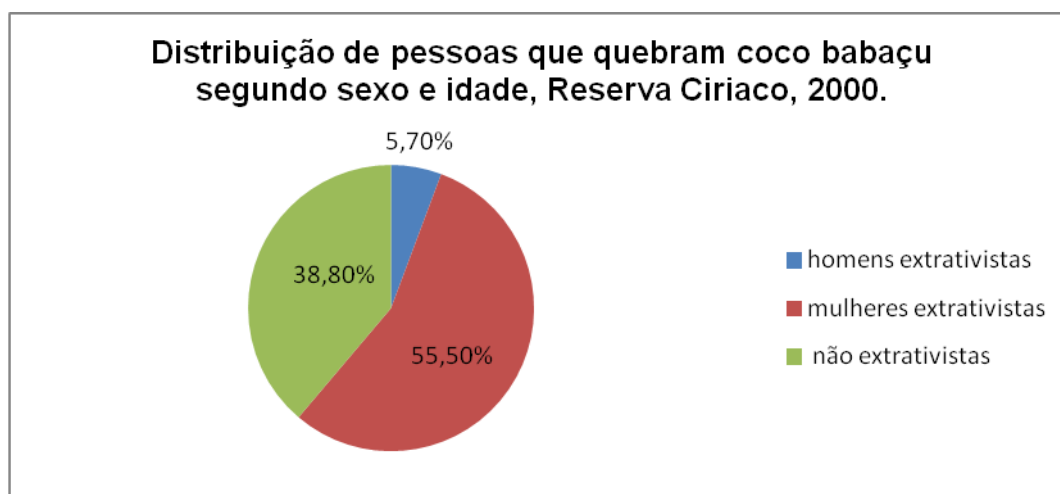
Contudo, a transição do assentamento Ciriaco em Reserva extrativista legal acarretou problemas socioprodutivos refletindo na desagregação das unidades familiares extrativistas de coco como demonstraremos deste ponto em diante.

O significativo volume de população da reserva envolvida em atividades de extração de coco até o ano 2000 coincide com o período de ratificação do povoado Ciriaco legalizado como Resex, com uma sequência do índice em questão correspondente acima de 50% do total

em Genebra, engaja, juntamente com outros exilados, na luta contra governos repressivos. Após três anos fora do Brasil, retorna e dá continuidade, até os dias atuais, a luta em favor de uma sociedade justa. Trabalha com associações e cooperativas, desenvolvendo atividades que visam o aperfeiçoamento dessas organizações e o bem-estar dos trabalhadores". Acesso dia 04/01/2019 <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/742/458>.

dos 255 domicílios em quatro povoados circunvizinhos, o Ciriaco, São Francisco, Alto Bonito e Centro do Olímpio, como indicado no gráfico nº 1 a seguir:

Gráfico 1: Distribuição de pessoas que quebram coco babaçu segundo sexo e idade, Reserva Ciriaco, MA, no ano de 2000.



Fonte: elaborado pelo autor (levantamento socioeconômico Resex Ciriaco, 2000, p.16).

Compreendendo que a população na Reserva do Ciriaco no ano 2000 estimava-se em 1.099 residentes e bastante jovem, como mostra o gráfico acima o extrativismo era exercido majoritariamente por mulheres adultas com idade de 19 anos ou mais. Sendo que o público feminino igual ou acima de 19 anos correspondia a 263 mulheres, com uma estimativa de 146 mulheres em exercício da atividade extrativa que equivale a 55,50%. O número de crianças era de 312, adolescentes 117, Jovens 109 que se encaixam na categoria dos não extrativistas, salvo algumas exceções de jovens, e homens adultos 298 sendo que 17 quebraram coco, equivalente a 5,7% (LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO, 2000, P. 16).

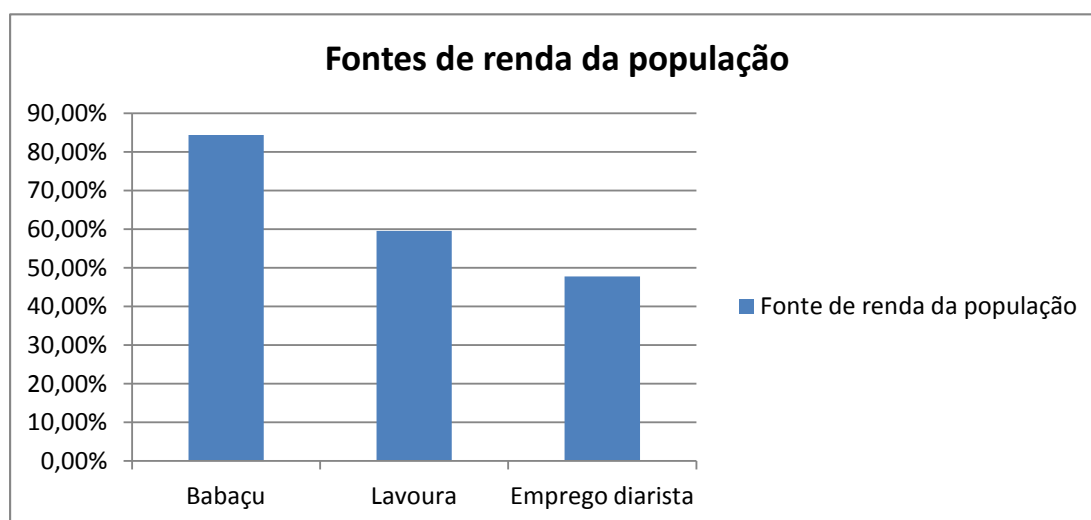
O envolvimento dos homens na quebra do coco no ano 2000 mostra-nos a importância do babaçu como principal fonte de subsistência para a população de Ciriaco, assemelhando-se a importância dada pelos negros após a “abolição da escravatura” para a fabricação de produtos artesanais a partir da palha do babaçu e do fruto para produção de óleo (BEZERRA, 1999, P. 40, apud, SANTOS, 2010, P. 72-73).

A carta enviada no dia 13 de Dezembro de 1998 ao Presidente da República Fernando Henrique Cardoso solicitando a desapropriação e regularização da área da reserva para benefício das 300 famílias sitiantes, reforça a importância do babaçu como fonte de

subsistência, pois a garantia de alimentação dessas famílias dependia exclusivamente da extração do babaçu (Carta Ofício, 1998).

O índice de participação entre as duzentas e cinquenta e cinco unidades domiciliares no ciclo de extração de coco babaçu é significativo e corresponde mais da metade nos quatro povoados da Resex de Ciriaco, esse indicador se amplia bem acima dos três quartos quando se trata de fonte de renda familiar da população de Ciriaco, como se observa no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Principais fontes de renda da população de Ciriaco, MA, no ano 2000.



Fonte: elaborado pelo autor (levantamento socioeconômico, 2000, p.31).

Em síntese, até o período da ratificação legal da Resex, o índice de receita percapita das 255 unidades domiciliares auferida pela extração do coco babaçu alcançou 84,4% sendo considerada como principal fonte de renda da população do Ciriaco. Seguidamente a lavoura concentrou os 59,6% da renda equivalente a 151 domicílios, e finalmente o emprego diarista com 47,8% concentrou a renda dos 121 domicílios restantes.

Pela diversidade de unidades familiares envolvidas no processo econômico do coco babaçu, o manejo além de ser utilizado para variados fins possuía uma complexa gama aproveitada em quase a maioria da cadeia produtiva para além da extração primária como o: fazer carvão, tirar a amêndoa, utilizar na construção de casa, retirar o óleo, fazer o sabão, mesocarpo e artesanato (LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO, 2000, p. 26-27).

Vê-se que o babaçu se apresenta em termos de aproveitamento em ampla possibilidade de produção em larga escala a partir do largo espectro de usos que o recurso natural oferece e

justifica sua importância econômica para o Maranhão durante a primeira guerra mundial entre 1914-1918 (Cordeiro, 2008, p. 27).

Apesar das possibilidades de aproveitamento do babaçu, o Sr. Expedito²⁴ morador de Ciriaco desde o ano de 1978, mencionou que a “desvalorização do coco” desmotivou as quebradeiras de Ciriaco e contribuiu para a fragmentação do grupo, embora a Sra. Ana²⁵ afirme haver “mercado em Imperatriz, Açailândia, Cidelândia e Goiânia” e por esse motivo a reserva não pode acessar, por exemplo, a política pública – Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM²⁶- Bio).

A desvalorização do coco se explica através do controle do capital comercial sobre os preços dos produtos que os mantém permanentemente baixos (Bombardi, 2004, apud, Pinheiro, 2014, p. 46) não permitindo que a venda dos produtos a partir do beneficiamento do babaçu tenha espaço no mercado ainda que para fins de subsistência.

Nesse sentido, o Estado através de políticas assistencialistas, como é o caso do PGPM serve como suporte para facilitar esse controle por parte do capital, pois acessá-la não garantiria a autossuficiência das quebradeiras, mas as colocaria numa relação de dependência e inserção no circuito do controle comercial e o não acesso como é o caso de Ciriaco as conduz a outras formas de sobrevivência, sendo assim o Estado responsável pela informalidade gerada pela precarização do trabalho (Tavares, 2004, p. 29, apud, Meirelles, 2016, p. 12).

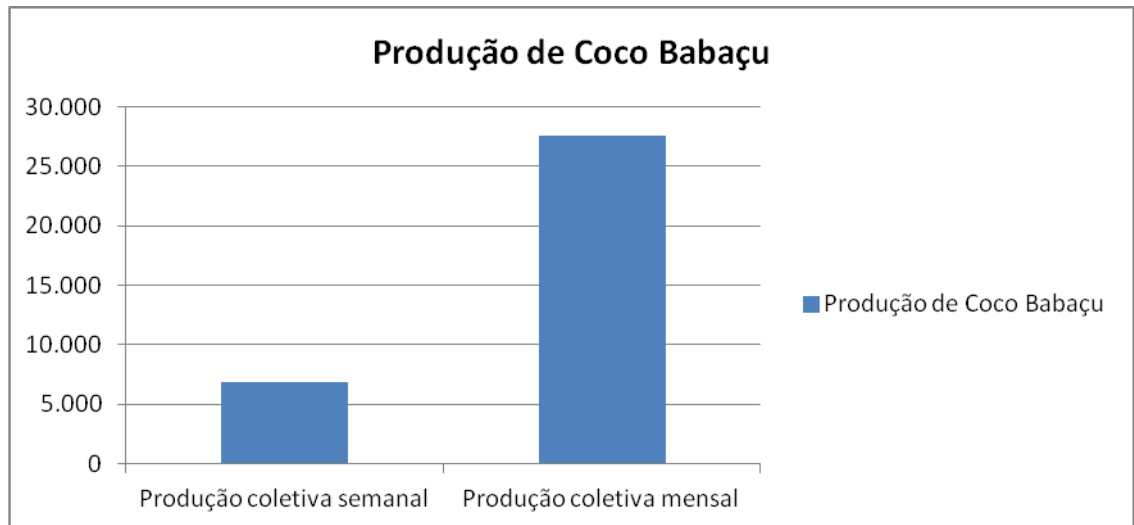
De modo diferente, o grau de intensidade na coleta e produção artesanal por semana que alcançava mais da metade dos 255 domicílios da Resex do Ciriaco é demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 3: Produção de coco babaçu coletivo na Reserva Ciriaco, MA, no ano de 2000.

²⁴ Entrevista realizada no dia 26/05/2016 na residência do entrevistado.

²⁵ Entrevista realizada no dia 12/08/2015 com a analista ambiental da unidade de conservação.

²⁶ A Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) garante um preço mínimo para 17 produtos extrativistas que ajudam na conservação dos biomas brasileiros: açaí, andiroba, babaçu, baru, borracha extrativa, buriti, cacau extrativo, castanha do Brasil, caranaúba, juçara, macaúba, mangaba, murumuru, pequi, piaçava, pinhão e umbu. Objetiva fomentar a proteção ao meio ambiente, contribuir com a redução do desmatamento, como forma de minimizar os efeitos das mudanças climáticas, garantindo, inclusive, renda às populações que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) apoia a comercialização destes produtos e o desenvolvimento das comunidades extrativistas, por meio da Subvenção Direta a Produtos Extrativistas (SDPE), que consiste no pagamento de um bônus, quando os extrativistas comprovam a venda de produto extrativo por preço inferior ao mínimo fixado pelo Governo Federal. Acesso dia 10/01/2019 as 11h20 min <https://www.conab.gov.br/precos-minimos/pgpm-bio>.

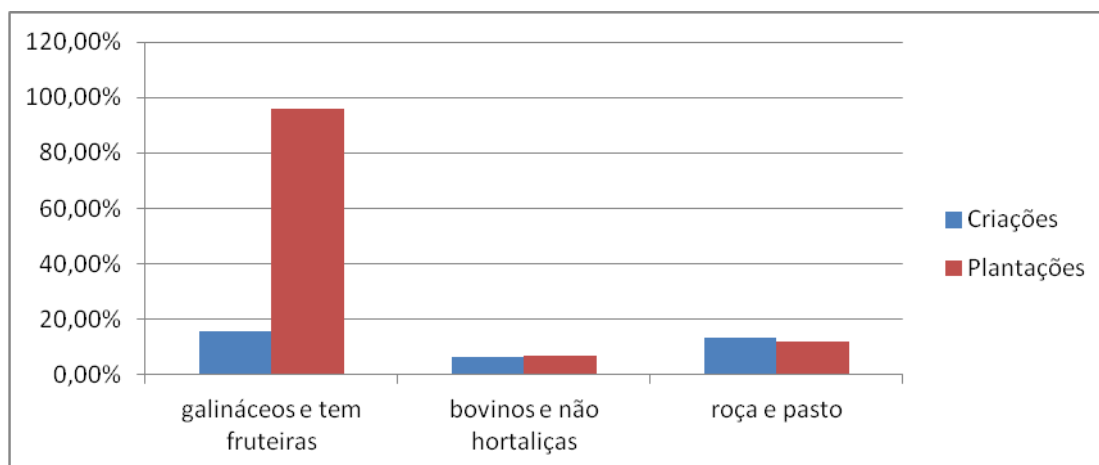


Fonte: elaborado pelo autor (levantamento socioeconômico, 2000, p. 26).

Com os dados deste gráfico é possível observar a intensa produção de babaçu, considerando que dos 255 domicílios, 184 (72,5%) coletava o coco e por semana quebravam em média 37,5 kg por domicílio. Com essa estimativa, o saldo coletivo por semana chegava a uma média de 6.9 toneladas, e ao mês 27.6 toneladas (LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO, 2000, p. 26).

Neste período, a renda principal das famílias concentrou-se tanto na extração como no beneficiamento do coco babaçu, já a atividade agrícola e o trabalho extra- extrativista, tinham em suas diferentes combinações um lugar destacado na subsistência domiciliar marcando o compasso da renda complementar na reprodução das unidades familiares extrativistas. Esta sequência observasse pelo baixo grau de uso da terra para agricultura como se observa no gráfico abaixo.

Gráfico 4: Uso da terra (criações e plantações) na Resex Ciriaco, MA, no ano 2000.



Fonte: elaborado pelo autor (levantamento socioeconômico, 2000, p. 22-24).

Esses dados de produção da agricultura mostram que a priorização da terra estava destinada para as fruteiras com 96%, em valores decrescentes e distantes estavam a criação de galináceos num 15,70%, em detrimento de bovinos com 6,43% e da não plantação de hortaliças com 7%, o que explica relação entre baixa produtividade agrícola com a importância de o trabalho complementar como diarista e empregado rural, assim como a importância do extrativismo, considerando que o uso da terra para roça corresponde a 13,4% da área e para pasto era destinado 12% do solo dos domicílios. (LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO, 2000, p. 23).

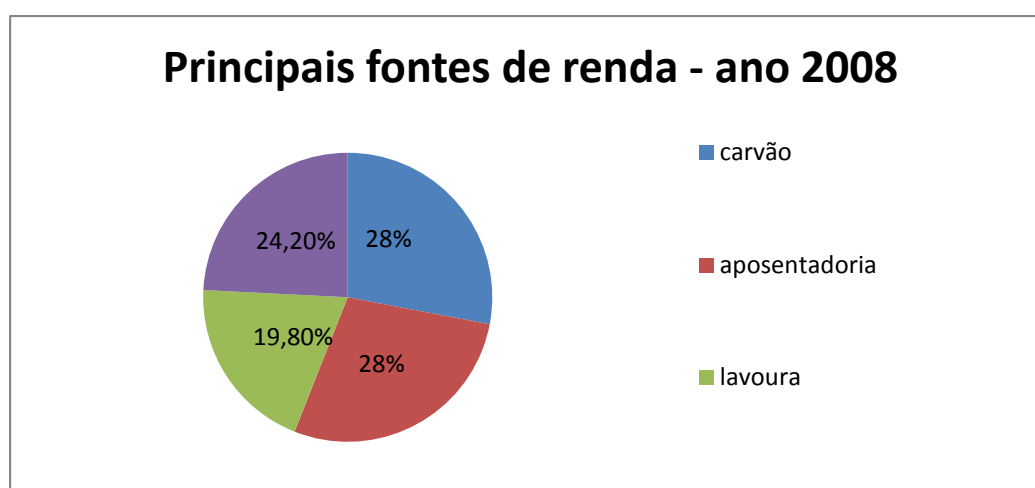
Apesar do manejo variado a partir do babaçu proporcionado pelo grande número de pessoas extrativistas envolvidas nesse processo no ano 2000, a legalização da política de reflorestamento para produção de carvão para o funcionamento da indústria siderúrgica no século XX (Santos, 2010, p. 114) tem estimulado atualmente na resex a compra do carvão de babaçu através da queima do coco inteiro contrariando assim o ideal extrativista.

Contudo, a organização produtiva em torno do babaçu e baixo uso da terra para agricultura em tempos passados justificou a titulação da reserva como sendo extrativista, embora de acordo com a Sra. Paulina, atualmente a população que usa a terra tem a seguinte conduta “nos lotes criam gados e fazem queimada para fazer carvão” conforme serão demonstrados nos gráficos referentes aos anos 2008, 2010 e 2017. (ENTREVISTA, SRA. PAULINA, QUEBRADDEIRA DE COCO, 26/05/2016).

Paulatinamente após a validação da área transformada em reserva, no ano 2000 a equivalência entre o exercício extrativista com a agricultura e as ocupações extra-extrativistas entram em desequilíbrio inversamente proporcional, onde a agricultura passaria a marcar o

ritmo do alcance econômico anual na Resex do Ciriaco e não o extrativismo de coco. O declínio da produção se observa pela diminuição da população residente em que para o ano de 2008, estima-se em 724 moradores distribuídos em 181 domicílios. Esse efeito se reflete na perda de continuidade de manejo total da cadeia produtiva, quando a extração de babaçuais se destina exclusivamente para a produção de carvão mesmo quando a atividade extrativa se mantém como fonte de renda primária das unidades familiares. (Plano de Manejo, 2011, gráfico 4.2, p. 77). Segue gráfico para ilustração:

Gráfico 5: demonstrativo das principais fontes de renda na Reserva Ciriaco no ano 2008.



Fonte: elaborado pelo autor (plano de manejo, 2011, p. 77).

Segundo o gráfico 5) embora o carvão seja uma fonte de renda expressiva, afasta as pessoas da cultura extrativista tradicional, indicando uma priorização da queima do coco por inteiro e descontinuando a quebra do coco manualmente. (PLANO DE MANEJO, 2011, p. 72).

Este cenário se reflete na realidade local no ano de 2010 em que a população extrativista está claramente distanciada do extrativismo de babaçu, conforme a maneira como foi historicamente realizado, devido à queda no preço de compra da amêndoa e menor interesse das mulheres mais jovens em continuar a prática tradicional de quebra do coco com o machado.

Fatores que levaram a desagregação socioprodutiva como: redução dos babaçuais para o aumento das pastagens de gado; incorporação de terras para o plantio de eucalipto para a produção de carvão destinado as siderúrgicas de ferro gusa para município de Açailândia; criação de gado por pequenos produtores e produção de carvão a partir do coco (Plano de

Manejo, 2011, p. 70) foi impulsionada pela Lei de Terras Sarney de 1969 que em consonância com a política de desenvolvimento do Programa Grande Carajás (PGC) na década de 1980, atraiu por meio de incentivos fiscais e obras de infraestrutura empresas para o território maranhense (Santos, 2010, p. 23 e 91) de modo geral, o resultado foi expropriação e migração, e para o caso de Ciriaco resultou na migração e desestruturação produtiva.

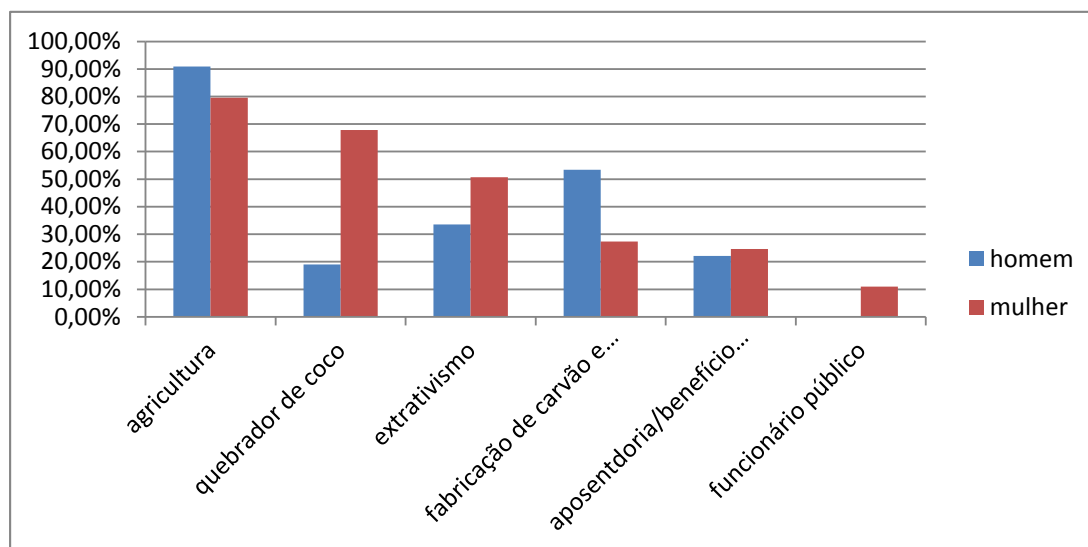
A cidade de Cidelândia-Ma onde fica situada a Resex Ciriaco, está localizada na região do Bico do Papagaio às margens do Rio Tocantins, em meio aos polos siderúrgicos de Marabá e Açailândia, importantes centros regionais de mão de obra, tendo como principal atividade econômica a pecuária (PLANO DE MANEJO, 2011, p. 46).

Seguindo a característica municipal, a resex reduz o volume de produção extrativista, timidamente entre a população feminina e drasticamente na população ativa masculina, ao invés disso a agricultura mantém os picos estáveis de absorção de trabalho das unidades extrativistas.

A produção da lavoura, primeira fonte de renda da população tem sido significativamente importante, pois o Ministério Público de Cidelândia determinou que 30% da merenda escolar devem ser compradas da agricultura familiar do município. Dessa forma, segundo informações do Sr. João a reserva do Ciriaco concorreu e ganhou a licitação e existem dois produtores de melancia na reserva que vende para a associação que repassa para o município rendendo ao produtor um salário mínimo (ENTREVISTA, SR. JOÃO, PRESIDENTE DA ATARECO, 26/08/2016).

De acordo com o último levantamento socioeconômico em 2010, as principais atividades econômicas desenvolvidas por homens e mulheres são:

Gráfico 6: Principais atividades econômicas por gênero, na Resex Ciriaco, MA, 2010.



Fonte: elaborado pelo autor (Plano de Manejo, 2011, p. 88-89).

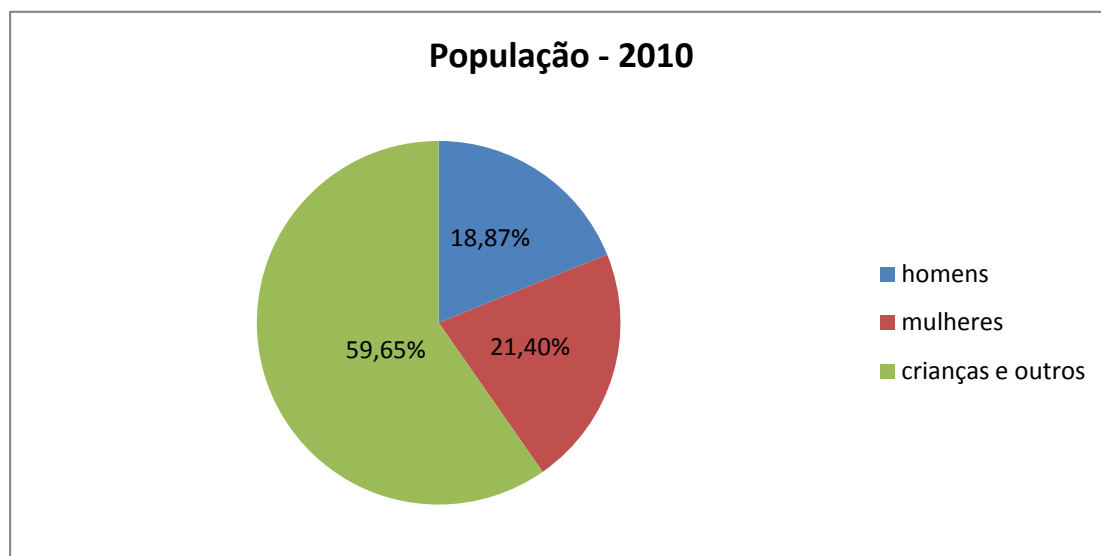
Os dados deste gráfico demonstram que a principal atividade econômica praticada no ano de 2010 é a agricultura tanto por homens quanto por mulheres, sendo que homens alcançam 90,85% e mulheres absorvidas 79,54%. Em segundo lugar a quebra de coco de caráter feminino concentra 67,80%, já a fabricação de carvão mobiliza 53,43% da população ativa masculina e em terceiro lugar o extrativismo absorve 50,68% das atividades dentre mulheres e homens num não depreciável percentual de 53,43%. (PLANO DE MANEJO, 2011, p. 82, 88 e 117).

Rememorando os “tempos de antigamente”, a quebradeira de coco Sra. Júlia²⁷ referindo-se a época anterior a reserva contou que “muitas mulheres trabalhavam em grupos e quebravam coco para sustento e para a venda” e que após a reserva e atualmente elas quebram apenas para si e ressaltou que as filhas quebram esporadicamente, porém não sobrevivem da quebra do coco como antes.

Atualmente na Reserva há um esvaziamento populacional para indivíduos entre 15 e 35 anos, o que ocasionará rápido envelhecimento e redução do contingente populacional de pessoas dedicadas ao extrativismo (Plano de Manejo, 2011, p. 82 e 117). O total de mulheres é de 146, de homens 131, e 417 são crianças ou outras pessoas que residem na unidade doméstica.

Gráfico 7: População beneficiária da Reserva Ciriaco, MA, no ano de 2010

²⁷ Entrevista realizada dia 26/05/2016 na residência da entrevistada na resex Ciriaco.



Fonte: elaborado pelo autor (Plano de Manejo, 2011, p.83)

Ao cruzar os dados dos gráficos 6 e 7 infere-se que as quebradeiras de coco absorvem pouco menos de $\frac{3}{4}$ da população extrativista enquanto que o percentual da mesma população feminina é de um modesto quase um $\frac{1}{4}$ do total da população total. Assim, envelhecimento, esvaziamento e declínio produtivo do exercício extrativista seria o selo que apresentará índices cada vez mais positivos no processo de desagregação produtiva das famílias extrativistas tradicionais da Resex do Ciriaco.

Segundo informações do Sr. Joaquim, em virtude da dificuldade de sobrevivência a partir do extrativismo, houve aquelas que optaram pela saída da reserva em busca de melhores condições de vida conforme comentou:

Hoje as quebradeiras ficaram idosas e as filhas não querem continuar, não tem quebradeira jovem porque a quebra do coco não consegue suprir o estilo de vida de hoje, o pessoal quer crescer, sentem-se menosprezado porque o babaçu não tem preço, por isso hoje a quebra do coco fica como renda complementar, as pessoas estão buscando trabalho fora, os jovens querem outro estilo de vida (ENTREVISTA, SR. JOAQUIM, EX-PRESIDENTE DA ATARECO, 26/08/2016).

Apesar do termo “opção” utilizada pelo entrevistado em referência às mulheres que saem da reserva em busca de novas oportunidades, esta escolha não é gratuita, mas devido à dificuldade de se manter através do extrativismo, como mencionado anteriormente o exemplo do controle comercial que reflete na desvalorização do coco. Desse modo, sua saída é configurada pelo processo de desterritorialização (Martins, 1981; 1990, apud, PINHEIRO, 2014, p. 55) onde o capital “gentilmente” separa as quebradeiras jovens de seu meio de produção extrativista (terra) pela dificuldade de sobrevivência a partir do extrativismo de coco incidindo no movimento migratório campo-cidade.

Contudo, as quebradeiras que se encontram na resex sobrevivem da plantação de mandioca, milho e feijão, além da queima do coco inteiro e outros meios de sobrevivência como, por exemplo:

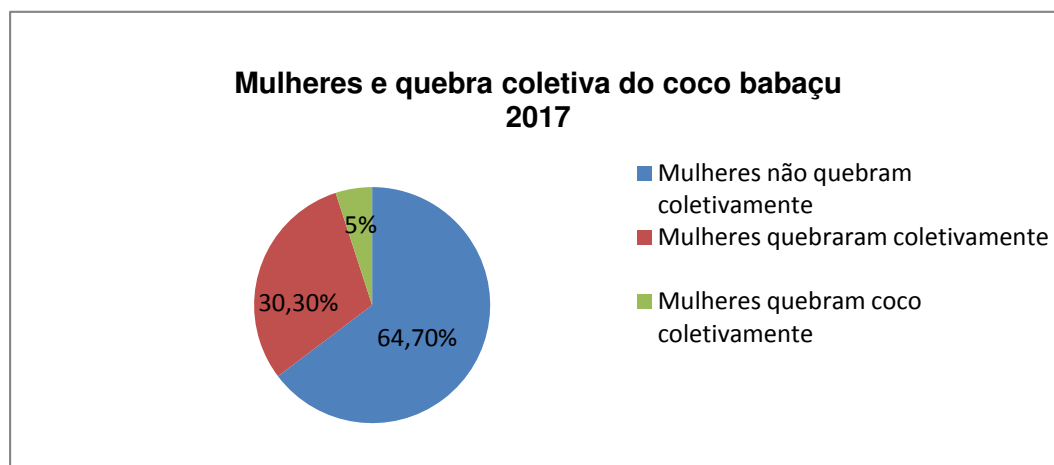
Aposentadoria, bolsa família, bolsa verde, agro-amigo, funcionário público, homens tão nas firmas e tem sua roça para sustento próprio e vende uma farinha aqui e ali, dá pra conciliar o trabalho (ENTREVISTA, SRA. MARINETE, QUEBRADEIRA, 12/08/2015).

Nessas circunstâncias, em que Santana (2014, p. 2) chama de “encurralamento” as mulheres que ficaram na reserva tornam-se limitadas e dependentes dos programas assistencialistas e para as que migram para a cidade ficam expostas ao desemprego, trabalho informal e condições escassas de sobrevivência (PERPETUA, 2016, P. 264-265).

Torna-se relevante ressaltar que a localidade em que está situada Ciriaco tem sido alvo de vários projetos e programas de desenvolvimento agrário, dentre eles o Projeto Grande Carajás (PGC) implantado na década de 1980 (Azar, 2015) e este desde então tem transformado a dinâmica socioeconômica local, cultural e ambiental e levado à incorporação da região ao capitalismo central do país, devido se encontrar numa rota de intensa agroindustrialização cujas terras são de boa qualidade e ainda baratas.

Desse modo, os efeitos imediatos é o desequilíbrio entre extração, prática extrativista, agricultura, natureza e renda contrariando a proposta da Reserva Extrativista. Ao invés disso instala-se um esquema produtivo que sobrepõe uma por outra e transforma a unidade familiar extrativista ao nível de estimular, para o atual período, a desagregação socioprodutiva das unidades tradicionais que quebram coco na Resex do Ciriaco, como pode se observar no seguinte quadro.

Gráfico 8: quebradeiras de coco em exercício da atividade extrativista na Resex Ciriaco, MA, no ano de 2017.



Fonte: elaborado pelo autor (Entrevista com Sra. Ana em 01 de fevereiro de 2017).

De acordo com informações da Sra. Ana²⁸ o ramo produtivo priorizado dentro da reserva atualmente é a agricultura, informação que corrobora com os dados apresentados no gráfico acima. A Resex é constituída por aproximadamente 170 famílias, com uma estimativa de pelo menos uma mulher quebradeira por família, sendo que 51 mulheres quebraram coco coletivamente correspondendo a 30,30% e 09 mulheres produziu e procura atualmente produzir coletivamente correspondendo a apenas 5%, e 110 mulheres se encaixam com o grupo de mulheres que não quebram coco coletivamente correspondendo a 64,70%.

Este cenário que se opõe a produtividade dos anos anteriores ganha clareza nas palavras do Sr. Expedito “(...) antes da reserva as mulheres quebravam coco e os homens iam pra roça, hoje elas estão desunidas, umas diz que são outras diz que não são quebradeiras” fica evidente que a desunião do grupo tem levado a desagregação socioprodutiva e justifica a baixa significativa de mulheres envolvidas na quebra coletiva do coco (ENTREVISTA, SR. EXPEDITO, MORADOR, 26/05/2016).

Entretanto, o fato de algumas mulheres não se reconhecerem como quebradeiras, é o reflexo da perda do sentimento de pertencimento consciente a uma classe de acordo com Júnior (2004, p. 13), portanto, sendo urgente a retomada desta consciência para o não desaparecimento da atividade extrativista desempenhada pelas quebradeiras de Ciriaco, pois embora tenham uma usina de beneficiamento e procura pelo óleo de babaçu, as nove (09) quebradeiras que buscam manter-se como grupo não consegue suprir a demanda necessitando

²⁸ Analista Ambiental da Unidade de Conservação, informação repassada por telefone em fevereiro de 2017.

de apoio financeiro para a compra das amêndoas, pois segundo a Sra. Tereza falta o mais importante:

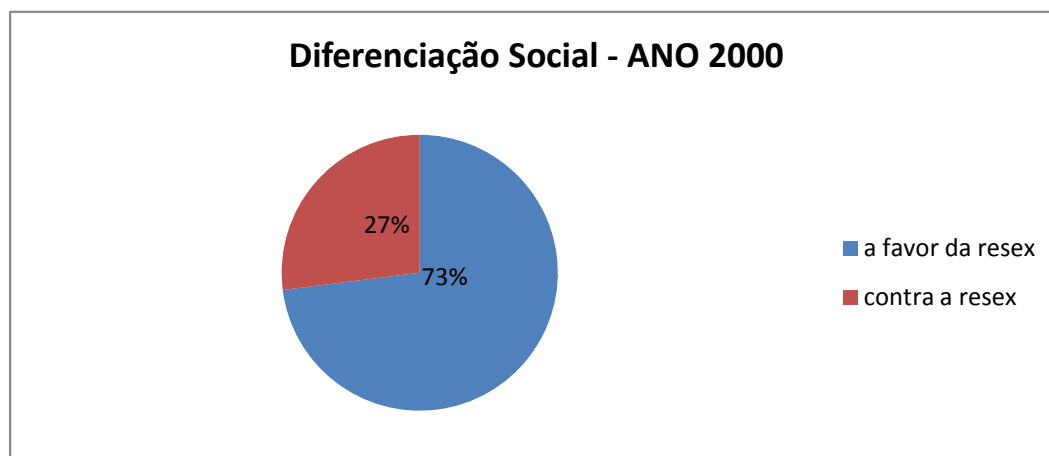
(...) faltam mulheres pra quebrar o coco, o grupo tá cansado, não querem ir, é dificuldade pra sair e buscar o coco no mato, umas não acreditam no projeto, outras não querem e as outras são funcionárias, as novas estudam na cidade, querem maior renda. O empecilho pra nós é coletar o coco no mato e quebrar em quantidade grande porque as mulheres que quebram são velhas (ENTREVISTA, SRA. TEREZA, QUEBRADEIRA DE COCO, 12/08/2015).

Entende-se que o “desaparecimento” de mulheres extrativistas implica diretamente no desaparecimento dessa cultura tradicional no espaço em que se materializa e este efeito resulta da lógica de acumulação projetado pela reestruturação do capital e facilitado pela *mobilidade* (Castro; Gomes; Corrêa, 1997, p. 341, apud, Santana, p. 218) significando na sociedade capitalista força de trabalho “livre” e “móvel”, desse modo as quebradeiras de Ciriaco seguem esse movimento, especialmente as mais jovens quando migram para a cidade em busca de outras formas de sobrevivência.

Baseado nos dados referente aos anos 2000, 2008, 2010 e 2017 quanto à população, renda e produção, conclui-se o seguinte: houve atualmente um declínio brusco na produção e renda através da quebra de coco babaçu, e um esvaziamento populacional de pessoas entre 15 e 35 anos, junto à priorização de outros ramos produtivos ao invés do extrativismo de coco babaçu, portanto, Ciriaco encontra-se atualmente sob formas de uso que contraria o ideal extrativista.

Com o intuito de compreender o cenário atual na esfera produtiva, faz-se necessário ressaltar aspectos da diferenciação social entre os residentes da Resex do Ciriaco, para isso se tomará como corte a composição de dois grupos sociais no momento da ratificação da constituição da Resex, como indica o quadro abaixo:

Gráfico 9: diferenciação social quanto a constituição da Resex Ciriaco, MA, no ano 2000.



Fonte: elaborado pelo autor (levantamento socioeconômico, 2000).

A diferenciação social na esfera política decisória no interior da população indicava um segmento social a favor da legalização da Resex com singularidades produtivas distinguível daquele segmento que se considerava contra.

Como indica o gráfico 9, acima, e a tabela 1 mais adiante, mais da metade da população mostrasse a favor da reserva por motivos variados que vão desde o benefício ao trabalho, terra, babaçu, o meio ambiente até a melhora social para famílias mais pobres. E para o segmento social que se posicionaram contra, os motivos giravam-se no temor de perda da terra, de falta de acesso a empregos remunerados por causa da expulsão dos fazendeiros, por eles serem donos dos lotes de pequeno e meio porte.

O argumento de otimismo ou de desconfiança sob a viabilidade econômica após a constituição da Resex tem como marco a falta de informação por parte dos órgãos mediadores no processo formativo quanto ao que é a reserva e o que viria a ser, entre a população do Ciriaco. Vale destacar que o primeiro segmento social que respalda a decisão tinha maior grau de extrativismo, e menor condição socioeconômica, enquanto ao segundo que se opõe a ratificação da mesma, com baixo grau de extrativismo, maior quantidade de hectares plantados e maior condição socioeconômica. (LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO, 2011, p. 38-40).

Tabela 1: motivos dos votos a favor e contra a legalização da Resex Ciriaco, MA, ano 2000.

Entrevistados (245)	Quantidade	Motivos
A Favor	178	<ul style="list-style-type: none"> - Acreditavam que a situação vai melhorar ou melhorar muito - Terra seria dividida - Agricultura irá melhorar - Vinda de mais verbas, recursos e benefícios. -Condição favorável ao extrativismo
Contra	67	<ul style="list-style-type: none"> - Acreditavam que vai piorar ou continuar a mesma coisa. - Perder a terra, trabalhar para os outros. - Não poderia cultivar suas terras. - 22 Pessoas das 67 afirmaram se contrapor devido falta de informação.

Fonte: elaborado pelo autor (levantamento socioeconômico, 2000, p. 37-38).

Segundo informações de campo em entrevista com a Sra. Joana²⁹, a diferenciação social se ampliou devido a demora no processo de regularização fundiária ocorrido em 2002 dez anos após o decreto. A insegurança pela posse da terra e desconfiança contribuiu para o enfraquecimento da consciência coletiva pertencente ao grupo de extrativistas contribuindo para a desunião/fragmentação do grupo das quebradeiras de coco atualmente conforme mencionado pelo Sr. Expedito (p. 68).

Esse processo também gerou novos conflitos, pois as famílias que possuíam determinada quantidade de terra demonstraram-se insatisfeitas em devolver a terra que tinham ocupado por 20, 30 anos ao governo sem a justa indenização pelo tempo de ocupação, visando

²⁹ Entrevista realizada com a Sra. Joana membro do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) em 01/06/2016 em sua residência localizada em Imperatriz-Ma.

diminuir a insatisfação foi realizado o levantamento socioeconômico no ano 2000 para identificar os extrativistas (MEMORANDO – IBAMA/ CNPT, 0500/2000, BRASÍLIA/DF, 03/10/2000).

Além desses problemas, a chegada de empreendimentos do agronegócio a exemplo da Agroflorestal Suzano Papel e Celulose entre os anos 2003 e 2004 no município de Açailândia (Santos, 2010, p. 114) contribuiu para a perda do caráter extrativista que estimulou a produção de carvão da madeira de eucalipto e da queima do coco inteiro combinado com a divisão dos moradores da reserva.

A referida empresa estabeleceu relação com a população da Reserva através de uma funcionária do IBAMA aproximadamente no ano de 2005 que tinha proximidade com as pessoas do local, a empresa atuou dentro da reserva com palestras sobre meio ambiente, lixo e com recursos para a compra de uma máquina de beneficiamento do azeite e a construção de uma mini-uzina (ENTREVISTA, SRA. MARINETE, QUEBRADEIRA, 12/08/2015).

A atitude aparentemente boa da empresa oculta a estratégia do agronegócio em se aproximar de comunidades afetadas pelos impactos de seus empreendimentos através de cooptação de lideranças dessas comunidades (Azar, 2015) corroborando a informação repassada pelo Sr. João³⁰ em que os homens que moram na reserva trabalham na empresa nas atividades de “roço, plantio, corte” e as mulheres ficam no “viveiro, serviços mais maneiros” o que nos mostra a ação do capital em “subalternizar o campesinato através da terceirização da produção” (Fernandes, 2008, p. 296, apud, Sampaio, p. 3-4).

Ainda segundo informações do Sr. João, o recurso aos quais os moradores de Ciriaco recorrem para sobrevivência é na ordem, agricultura, extrativismo e a Suzano, segundo o informante o número de pessoas que trabalham na empresa são dezoito (18). Entretanto, este número é considerado baixo comparado ao número estimado de 170 famílias que vivem na reserva e justifica a imagem distorcida pela mídia em torno do agronegócio como sendo “fonte geradora de emprego e renda” (Aquino, 2013, p. 164) e evidencia as palavras de Joly (2007, p. 273) onde o agronegócio se instala aumenta o desemprego em que emprega muitos de outras regiões pela falta de mão-de-obra qualificada local.

A presença e aceitação da empresa pela população, especialmente por parte das quebradeiras de coco ocasionou o distanciamento do MIQCB, segundo informações da Sra.

³⁰ Presidente da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Resex Ciriaco (ATARECO), entrevista realizada no Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBIO) dia 09/09/2015.

Paulina “o MIQCB não quer aproximação da Suzano, quebradeiras de Ciriaco e ATARECO” e explicou que apesar da reserva ser protegida por lei ambiental e a Suzano não poder “invadir ou tomar as terras” não tem uma quebradeira jovem que quebre coco e complementou fazendo a seguinte comparação:

No estado do Piauí a Suzano expulsou o pessoal das terras com o aval do governo, bem aqui dentro do assentamento sol brilhante tem eucalipto, em Petrolina as quebradeiras arrendam para pegar coco dentro das terras da Suzano, lá em Cuverlândia tem criação de galinha, artesanato e mulher de 18 anos que é quebradeira, aqui (referindo-se a Ciriaco) o diretor da associação não se mobiliza para ajudar a reserva (ENTREVISTA, SRA. PAULINA, QUEBRADEIRA, 25/05/2016).

O distanciamento entre as quebradeiras de Ciriaco e MIQCB causado pela aproximação da agroflorestal compõe o cenário atual da reserva e impede o fortalecimento da cultura extrativista de coco babaçu pelas quebradeiras de Ciriaco justificando a desorganização produtiva, contrariamente do que ocorre em Cuverlândia em que as quebradeiras não têm relação com a empresa e sim com o MIQCB onde a cultura tradicional é mantida conforme demonstrado acima.

No ano de 2017, a agroflorestal havia esboçado a intenção de contratar terceirizada de acordo com informação de campo repassado pela Sra. Ana para “elaborar um plano de negócio” visando estimular a produção do extrativismo de coco beneficiando as quebradeiras do Ciriaco (ENTREVISTA, SRA. ANA, ANALISTA AMBIENTAL, 01/02/2017).

Segundo informações do Sr. Evandro, a empresa tencionava melhorar a imagem dos produtos a partir do babaçu e buscar mercado nacional e internacional. Entretanto, informou que a empresa preservaria essa cultura dentro da medida do possível e mais “pode continuar existindo quebradeiras, mas numa outra forma de vida, não com esse estilo de vida insalubre” (ENTREVISTA, SR. EVANDRO, SUZANO, 25/01/2017).

O Projeto abrangia quebradeiras de cinco povoados: Olho d’água, Ciriaco, São Félix, Petrolina e Coquelândia, onde cada um ficaria responsável por uma função, amêndoa, óleo, refinamento, mesocarpo e a fabricação de sabonetes, entretanto, como exclamou a quebradeira “foi tudo por água abaixo” o argumento utilizado pela agroflorestal recaiu sobre o ônus do projeto (ENTREVISTA, SRA. ISABEL, QUEBRADEIRA, 19/09/2018).

Conforme explicado pelo Sr. Evandro “A empresa tem responsabilidade social e não de compensação ambiental com as quebradeiras de Ciriaco que entrou no conselho como

estratégia por ser uma unidade mais avançada” ressaltou que o óleo do Ciriaco é o melhor porque é frio quase *in natura*.

Essa fragmentação e desorganização apesar da capacidade produtiva estimulou a migração das mulheres mais jovens e em relação às quebradeiras idosas é como se o capital houvesse capturado “sua alma, sua capacidade de indignação” e mais do que isso sua “subjetividade” (Júnior, 2004, p. 17) na medida em que tencionou integrá-las a um circuito de produção aproveitando seus saberes tradicionais e visando transformá-las em subproletárias.

Não dando certo o primeiro plano, foi proposto outro “mais maneiro” segundo a quebradeira Sra. Tereza, pois “a empresa emprestou vinte mil reais para ser dividido entre as reservas Mata Grande e Ciriaco, para devolverem dez mil reais após um ano” segundo ela o valor será usado na compra de amêndoas para o beneficiamento do óleo (INFORMAÇÃO VERBAL/ VIA CELULAR, SRA. TEREZA, 28/11/2018).

Quanto ao segundo projeto “mais maneiro” referenciando-se ao ônus que o primeiro projeto representaria para a empresa, razão pela a qual não se deu encaminhamento, vemos claramente a investida do capital na tentativa de tornar as quebradeiras dependentes do capital usurário configurando relação social não capitalista contraditória (Santos, 1981, apud, Pinheiro, 2014, p. 35) já que a aceitação do empréstimo e devolução ainda que em valor inferior possa ser considerada uma estratégia para gerar dependência.

Outro fator que contribuiu para a desorganização socioprodutiva dentro da resex foi a inconstância e falta de representatividade no conselho da Associação (ATARECO), tendo em vista que na época de sua criação em 1995 contou com sessenta (60) associados com participação ativa e no período dessa entrevista com vinte (20) associados, a falta de representação política e de conhecimento da legislação fez com que os associados desanimassem havendo a diminuição participativa conforme descrição:

Falta reivindicação, tem que buscar mais conhecimento da legislação, cada sócio tem que ter também porque a desinformação é que mata. O conselho não funciona, no início tinha 60 sócios participantes e agora só 20, a reserva não tem como funcionar. Falta apoio técnico, tem concorrência para acessar as políticas públicas, precisa estar bem organizados, tem que tá em dias com a receita federal, precisa ter assessoria pública, os recursos para preservação ambiental não chegam, tem que fazer projetos para conseguir uma política pública, o sócio comum sofre porque não tem conhecimento, sempre vai precisar de terceiros, contadores, advogados, a burocracia atrapalha (ENTREVISTA, SR. JOAQUIM, EX-PRESIDENTE DA ATARECO, 26/08/2016).

A dificuldade mencionada acima coincide com o relato da Sra. Joana em que se referindo aos membros do conselho deliberativo disse “eles não faziam reuniões sozinhos, o

conselho se reunia só quando o ICMBIO chamava”. (ENTREVISTA, SRA. JOANA, CENTRU, 01/06/2016).

Em conversa com alguns moradores da Reserva no ano de 2016 alguns especularam sobre uma ação denominada “Projeto Sampaio” que supostamente visava construir uma estrada de asfalto por dentro da reserva para transportar eucalipto até o rio, segundo o informante a parceria para a realização desse empreendimento seria entre a Suzano e o governo (ENTREVISTA, SRA. FILOMENA, QUEBRADEIRA, 25/05/2016).

Obtivemos maiores esclarecimentos sobre o assunto através de conversa um mês depois com o Sr. Joaquim:

A Suzano fez reunião falando sobre a linha que liga o Domingão a Viração e ela se propôs a ajudar, alguns falam que ela tem intenção e outros que não. Falavam de uma hidrovia. Está passando bastante caminhão dentro da reserva, mas eles não sabem o que estão transportando, existe uma Balsa de travessia no Tocantins. A Suzano se reuniu com alguns associados para informar que estão vendo com o governo para colocar asfalto lá, eu entendo que eles querem descontar no imposto que tem que pagar (INFORMAÇÃO VERBAL, SR. JOAQUIM, EX-PRESIDENTE DA ATARECO, 28/06/2016).

De todo modo e apesar da incerteza, é fato de que o investimento em infra-estrutura financiado boa parte pelo governo local e com recurso público faz parte da lógica da reestruturação do capital para garantir o lucro ampliado (Oliveira, 1996; Calazans & Meirelles, 2006, apud, Duarte, 2012, p. 33-34) a estrada por dentro da reserva e hidrovia no rio Tocantins como modal considerado o mais barato (Joly, 2007, p. 272) reduziria os custos em relação a transporte e tempo de deslocamento o que aumentaria a capacidade de competitividade no mercado internacional aliado ao rápido crescimento do eucalipto devido a fertilidade do solo e outras facilidades.

Em síntese, após a constituição da Resex especialmente a partir do ano 2000 houve uma ruptura na linha de produção de coco babaçu em declínio no ano 2008 e estagnado em 2010 num contexto de desagregação e homogeneização social induzido pela falta de planejamento e gestão da prática sustentável refletido na queima do coco inteiro para conversão em carvão o que anula a prática extrativista, anula as quebradeiras e por fim nos faz refletir sobre o sentido da reserva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho monográfico teve como perspectiva analisar a Resex do Ciriaco situada no município de Cidelândia-Ma sob a mudança que sofre a atividade extrativista desempenhada pelas quebradeiras de coco babaçu desde a constituição da área de assentamento em reserva legal. O estudo torna-se relevante pelo risco de desaparecimento dessa cultura tradicional em decorrência da reestruturação do capital mundial transmutado para o espaço maranhense.

A presença do agronegócio e siderúrgicas atraídos para a região por meio de incentivos fiscais do governo local, Lei Sarney 1969 e Projeto Grande Carajás (PGC) em 1980 (Santos, 2010, p. 23 e 91) contribuiu para a desestruturação da atividade extrativista de coco das quebradeiras de Ciriaco pela necessidade de grandes extensões de terras férteis para aceleração do tempo de giro do capital e mão-de-obra barata como garantia da competitividade no mercado internacional (Harvey, 2003, apud, Cardoso, 2006, p.6) combinado com a diminuição dos custos com transporte e tempo de deslocamento.

A busca pelo lucro ampliado por parte do capital teve como efeitos na reserva, a terceirização e exploração da força de trabalho das quebradeiras nos “viveiros” e a desterritorialização (Martins, 1981; 1990, apud, Sampaio, p. 10) das mulheres jovens que migram para a cidade em busca de melhores condições de vida, porém, tornado-se proletárias/subproletárias e a queima do coco inteiro convertido em carvão para as siderúrgicas.

O Estado maranhense ao privilegiar a lógica de acumulação do capital desempenhou função estratégica no processo de desestruturação produtiva de Ciriaco, transformando a área de assentamento até então produtiva em reserva legal/improdutiva. Após essa transição, o estado se manteve ausente por período suficiente para fragilizar o grupo das quebradeiras e deixá-las vulneráveis às outras propostas de renda que como meio de sobrevivência cede a práticas contrárias ao extrativismo.

Em suma, os resultados mostraram o contrário do estudo inicial, pois ao invés de resistência ao latifúndio as quebradeiras enquanto grupo está distante de sua prática e as mais jovens perderam o sentimento de pertencimento e consciência coletiva, sendo esse estudo relevante pela problemática em questão e possibilidade de novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, João Paulo Vieira. **Conflitos Sociais contemporâneo no Campo Maranhense: Formação territorial e organização do espaço no Assentamento Cipó Cortado em João Lisboa**. Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Imperatriz, 2017.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Caminhos da *Liofilização Organizacional*: As Formas Diferenciadas da Reestruturação Produtiva no Brasil**. *Idéias*, Campinas, 9(2)/10(1): 13-24. 2002-2003.
- AQUINO, Silvia Lima de. **Sobre agricultores, cultivo de eucalipto e estratégias agroindustriais: Resistir e adaptar-se ao sistema de produção integrada**. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Agosto, 2013.
- AYRES JÚNIOR, José Costa. **A Economia do Babaçu no Maranhão: gênese, crise e novas perspectivas de desenvolvimento**. Apresentação no 6º Congresso Brasileiro de Geógrafos, Goiânia – GO, julho/ 2004, p. 1-13.
- AZAR, Zaira Sabry. **O Agronegócio no Maranhão: uma estratégia destrutiva do capitalismo neoliberal no campo**. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Cidade Universitária de São Luís - Maranhão, agosto, 2015.
- CARDOSO, Karina Vianna. **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO ESPAÇO RURAL FLUMINENSE: uma análise das famílias pluriativas no município de nova Friburgo na nova lógica de acumulação do capital**. II Encontro de Grupos de Pesquisa. Universidade Federal de Ubarlândia – UFU. Instituto de Geografia – IG. Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA, 2006.
- CASTILLO; ELIAS; PEIXINHO; BUHLER; PEQUENO; FREDERICO. Ricardo, Denise, Dimas, Eve-Anne, Renato, Samuel. **Regiões do Agronegócio, Novas Relações Campo-Cidade e Reestruturação Urbana**. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*. P. 265-288, V. 12, n. 18, especial GT Anpege 2016.
- CORDEIRO, Renata dos Reis. **Velhos conflitos em novas causas: um estudo sobre processos de ambientalização nos discursos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Maranhão**. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2008.
- DUARTE, Felipe Correia. **A expansão da monocultura de Eucalipto no Noroeste Fluminense e seu potencial para a geração de conflitos socioambientais**. Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, PPGPS. Campo dos Goytacazes, Maio, 2012.
- ESKINAZI; SOUZA; Bruna Garcia, José Gilberto de. **Especialização Produtiva e Homogeneização Territorial: a monocultura de Eucalipto no Vale do Paraíba Paulista e as transformações nas dinâmicas de produção**. *Revista Pegada – vol. 14 n. 2*, dezembro/2013.

GATTI, Bernardete A. **Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo**. In Gracia, W. G (org). Textos Seleccionados. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção Perfis da Educação; 4).

GOMES. Maria Terezinha Serafim. **O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil**. RA "E GA 21 (2011), p. 51-77, Curitiba, Departamento de Geografia - UFPR.

JOLY, Carolina. **Uso do território pelo circuito espacial produtivo de celulose em Eunápolis, sul da Bahia**. Anais I Seminário de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul: O Eucalipto e o Ciclo Hidrológico, Taubaté, Brasil, 0709 novembro 2007, IPABHI, p. 271-274.

JÚNIOR, Antônio Thomaz. **Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no século XXI, e os Desafios para o Trabalho**. Revista Pegada. vol. 5. n.º 1 e 2. Novembro 2004.

LEAL; FRANÇA. Manuela Nunes, Vera Lúcia Alves. **Modernização e Reestruturação da Produção Agrícola e a Organização do Espaço Agrário Brasileiro**. Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica, p. 1-15.

LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO, 2000.
file:///D:/TCC/documento%20resex%20ciriaco%20-%20Fernubia/levantamento%20socio%20economico%202000.pdf

MEIRELLES, Gisela Avila Leal de. **Reestruturação produtiva do capital, pauperização e desigualdade social na América Latina**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 18, n. 2, P. 52-72, Jan./ Jun. 2016.

MINAYO; NETO; GOMES; DESLANDES. Maria Cecilia de Souza.Romeu. Otavio Cruz. Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis – RJ: Vozes, 21^a Ed. 1994.

MOURA; DMITRUK; JUNIOR. João Carlos da Cunha. Erika Juliana. Miguel Etinger de Araújo. **A Lei do Babaçu Livre: uma estratégia para a regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão**. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v35n68p129>.

NASCIMENTO, Adelli Carla Silva. **EXPLORAÇÃO DO TRABALHO CAMPONÊS: Reestruturação produtiva do capital e trabalho não -agrícola no município de Itabaiana-SE**. Dissertação de Mestrado, 2011, São Cristovão.

OLIVEIRA; COSTA; Edvaldo, José Eloizio da. **Espacialização da Eucaliptocultura no Sudoeste da Bahia e a Implantação dos Pólos Florestais**. Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural – UFS. CNPQ.

PERPETUA, Guilherme Marini. **Pilhagem Territorial, Precarização do Trabalho e Degradação do Sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo celulósico no Brasil contemporâneo**. Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente, 2016.

PINHEIRO, Érica Maria Bezerra. **Reestruturação Produtiva da Agropecuária e Sujeição da Renda da Terra [recurso eletrônico]**. Fortaleza – Ceará, 2014.

PLANO DE MANEJO PARTICIPATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO CRIRIACO, Cidelândia, Janeiro de 2011.

file:///D:/TCC/documento%20resex%20ciriaco%20-%20Fernubia/Plano%20de%20Manejo%20Resex%20Ciriaco%20-Versão%20atual.pdf.

RODRIGUES, Sílvia Gomes. **Reestruturação Produtiva na Produção de Carvão Vegetal no Norte de Minas Gerais**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS). Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES. Montes Claros/MG, março, 2015.

SAMPAIO, Vilomar Sandes; Andrecksia Viana Oliveira. **A Reestruturação Produtiva e as Implicações nas Relações de Trabalho no Campo**. Acesso em 20/09/2018 as 14:29 horas <https://docplayer.com.br/41904575-A-reestruturacao-productiva-e-asimplicacoes-nas-relacoes-de-trabalho-do-campo.html>.

SANTANA, Maria Morgana Santos. **Reestruturação Produtiva no Campo e Mobilidade Geográfica do Trabalho no Município de Paripiranga/BA**. Revista Percurso – NEMO, ISSN: 2177-3300, Maringá, v. 6, n. 1, p. 215-227, 2014.

SANTOS, Raimundo Lima dos. **O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz – MA**. Universidade Federal de Goiás – UFG. Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

SANTOS, Thiago Rocco dos. **A Territorialização do Complexo Celulose/Papel e as novas relações campo-cidade em Três Lagoas/MS**. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS/CPTL.

SANTOS; RIBEIRO; COSTA. Reginaldo Sousa, Thiago Chagas; Elizabeth Matos, Mônica Matos; Vinícius Mendes da. **Reestruturação Produtiva do Estado Brasileiro na Perspectiva do Projeto Neoliberal**. p. 1-15.